



PROGRAMA MULTIINSTITUCIONAL E INTER-REGIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

INFORMAÇÃO CONTÁBIL PARA A GESTÃO:
um estudo nas micro e pequenas construtoras do Recife

CUSTÓDIO PEREIRA DA SILVA NETO

Recife - PE
2005

CUSTÓDIO PEREIRA DA SILVA NETO

INFORMAÇÃO CONTÁBIL PARA A GESTÃO:
um estudo nas micro e pequenas construtoras do Recife

Dissertação apresentado por Custódio Pereira da Silva Neto ao Programa Multiinstitucional e Inter-regional em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, da Universidade Federal da Paraíba, da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para obtenção do Título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. José Dionísio Gomes da Silva

Recife - PE
2005

Dedico este trabalho aos meus pais,
Ilza e Firmino com o meu amor
incondicional.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Dionísio Gomes da Silva, pela confiança que depositou no meu trabalho e pela conduta íntegra por ocasião da orientação desta dissertação de mestrado.

Ao Programa Multiinstitucional e Inter-regional em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, da Universidade Federal da Paraíba, da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na figura dos coordenadores, do(a)s secretário(a)s e dos professores.

A Universidade Federal de Pernambuco que me acolhe desde 1989, quando ingressei no Colégio de Aplicação da UFPE aos onze anos de idade.

Aos meus colegas do mestrado, pela vivência e troca de experiência, mas, sobretudo pelas ajudas nos momentos de fraqueza, oferecendo mais do que palavras de conforto me ajudaram no desenvolvimento dos trabalhos.

A Dra. Zuleica Dantas Pereira (minha irmã) pela ajuda na leitura e revisão desta dissertação.

Aos meus pais, Ilza e Firmino que sempre me incentivaram e deram apoio a todos os meus projetos de vida, sem questionamentos ou restrições.

Aos meus irmãos, Zuleica, Ítalo, Suerda e Yuri, que contribuíram de forma indireta, mas decisiva para a realização das minhas atividades.

A minha amada, Taciana, pela paciência nos meus momentos de ausência e reclusão da vida social.

Aos meus amigos Profa. Verônica Souto Maior e Álvaro Pereira de Andrade, meus eternos mentores, que, de forma direta e indireta, sempre estiveram presentes em toda a fase de minha formação acadêmica.

Aos meus amigos e colegas de trabalho, da UFPE, da Faculdade Marista Recife, da SOPECE, da Directivos e Infraero que gentilmente e com enorme boa vontade, me ajudaram.

Aos meus alunos, que me incentivaram e sem os quais não haveria sentido um empreendimento desta natureza.

A todos aqueles que contribuíram, de forma direta ou indireta, para a realização desta dissertação e que não foram mencionados.

“A Luta Contra o erro tipográfico tem algo de homérico. Durante a revisão os erros se escondem, fazem-se positivamente invisíveis. Mas assim que o livro sai, tornam-se visibilíssimo, verdadeiros sacis a nos botar a língua em todas as páginas. Trata-se de um mistério que a ciência ainda não conseguiu decifrar...”

Monteiro Lobato

RESUMO

Esse estudo tem como proposta a discussão e reflexão sobre a forma de como as informações contábeis, através de seus relatórios, estão inseridas na cultura vigente das micro e pequenas empresas, do setor de construção, instaladas na Região Metropolitana de Recife, capital do Estado de Pernambuco, com vista a identificar se estas atendem às expectativas informacionais dos seus gestores para a tomada de decisão. Diante do universo constatado de 142 (cento e quarenta e duas) empresas cadastradas no banco de dados da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco – FIEPE, foram preenchidos 32 (trinta e dois) formulários, que deram suporte a presente pesquisa classificada como exploratória e descritiva, de forma combinada levaram a uma análise quantitativa e perceptiva da utilização de informações contábeis no processo de tomada de decisão dos gestores das micro e pequenas empresas do setor de construção civil localizadas na Região Metropolitana do Recife. A análise dos dados encontrados permite induzir que as informações fornecidas pela contabilidade são consideradas relevantes, porém estão desassociadas ao sistema de gestão. No cenário apresentado o sistema de informação contábil que tem por objetivo prover seus usuários de informações sobre os negócios que afetam a empresa não está integrado com todas as áreas necessárias para o gerenciamento de um único sistema de informação. Conclui-se que as informações da contabilidade são pouco utilizadas como instrumento de gestão, tendo em vista que os relatórios contábeis recebidos são prioritariamente de natureza financeira, tais como balanço, balancetes, demonstração do resultado do exercício, etc. As decisões nesse setor normalmente são usuais ou baseadas na experiência profissional dos seus gestores que conhecem bem o mercado.

PALAVRAS-CHAVES: Sistema de Informação Contábil, Gestão, Micro e Pequena empresa, Construção Civil.

ABSTRACT

This study has as proposal the discussion and reflection about the way with the accounting information, through its reports, are inserted in the actual culture of the small companies, of Real Estate Area, installed in the Metropolitan Region of Recife, capital of the state of Pernambuco, wishing to identify if these take care of to the informational expectations from its managers for the decision. Ahead of the evidenced universe of 142 (one hundred and forty two) companies registered in the data base of the Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco - FIEPE, 32 (thirty two) forms, which had given support to present research classified as an explorative and descriptive, that taken to a quantitative and percipient analysis of the use of information accounting in the process of taking decision from the managers of the small companies of the sector of civil construction located in the Metropolitan Region of Recife. The analysis of the found data allows to induce that the information supplied by the accounting are considered excellent, however are dissociated from the management system. In the presented scene the system of accounties information which has as objective provide its users with business information that affect the company are not integrated with all the necessary areas for the management of an unique information system. The study presents that the accounting information are few used as management instrument, in observing that the received accounting reports are firstly financial ones, such as balance sheets, trial balance, income statement, etc. The decisions in this sector are usually based on the managers professional experience who well known the market.

LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Atividades e Participação da Construção Civil	31
Gráfico 02 – Quem gerencia a empresa?.....	79
Gráfico 03 – Grau de escolaridade dos Gestores.....	81
Gráfico 04 – Área de Formação	81
Gráfico 05 – Faixa Etária dos Gestores.....	82
Gráfico 06 – Tempo de Atuação com Gestor	83
Gráfico 07 – Experiência Profissional dos Gestores.....	84
Gráfico 08 – Método para Tomada de Decisões	85
Gráfico 09 – Utilização de Informações de Custos para Tomada de Decisões	86
Gráfico 10 – Utilização de Orçamento Empresarial para Tomada de Decisões.....	87
Gráfico 11 – Informações Utilizadas para Tomar Decisões	88
Gráfico 12 – Satisfação quanto as Informações oriundas da Contabilidade	91
Gráfico 13 – Grau de Importância atribuída às Informações Contábeis.....	92
Gráfico 14 – Necessidade de obter outras informações da contabilidade para tomada de decisões.	93
Gráfico 15 – Forma de Tributação	95
Gráfico 16 – Local de prestação dos serviços de contabilidade.....	96
Gráfico 17 – Qualificação do Responsável pela Contabilidade.....	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Participação da Produção de 2002 sobre a renda, salários e emprego, considerando-se os efeitos diretos, indiretos e induzidos	30
Quadro 02 - Atividades dentro do Macrossetor	31
Quadro 03 – Macrossetor da Construção e a Geração de Emprego	33
Quadro 04 – <i>Ranking</i> das Atividades Econômicas	33
Quadro 05 – Classificação de Micro e Pequena Empresa	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Área de Atuação.....	78
Tabela 02 – Relatórios recebidos da contabilidade	90
Tabela 03 – Relatórios requisitados da contabilidade.....	94
Tabela 04 – Relação entre as informações da contabilidade e o seu grau de importância	98
Tabela 05 – Relação entre a importância atribuída a contabilidade e o tempo de experiência dos gestores	100
Tabela 06 – Relação entre a satisfação do gestor e a qualificação do profissional de contabilidade	102
Tabela 07 – Relação entre a utilização de informações de orçamento empresarial e o tempo de experiência do gestor	104
Tabela 08 – Relação entre a utilização de custos e o tempo de experiência do gestor ..	106
Tabela 09 – Relação entre a utilização do regime de tributação – lucro presumido e a contratação de serviços terceirizados de contabilidade	107
Tabela 10 – Relação entre a aspiração em receber outras informações da contabilidade e a utilização de tributação – lucro real.....	108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADEMI – Associação das Empresas do Mercado Imobiliário

CEE – Comissão de Economia e Estatística

CICB - Câmara Brasileira da Indústria da Construção

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos

FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FIEPE – Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco

FUBRA – Fundação Universitária de Brasília

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MPE – Micro e Pequenas Empresas

PIB – Produto Interno Bruto

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise dos Dados

SEBRAE – Serviços de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil

SIC – Sistema de Informações Contábeis

VAB – Valor Adicionado Bruto

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 Considerações Iniciais	12
1.2 O Tema	13
1.3 Problema de pesquisa	14
1.4 Objetivos	16
1.4.1 Objetivo Geral	16
1.4.2 Objetivos Específicos	16
1.5 Questões da pesquisa	16
1.6. Delimitação do Estudo	18
1.7 Relevância da Pesquisa	22
1.8 Estrutura do Trabalho	25
2. A INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL	27
2.1 A Construção Civil e o Valor Adicionado da Economia	28
2.2 A Construção Civil e o Impacto na Geração de Empregos	32
2.3 A Construção Civil e o Déficit Habitacional do País	34
2.4 Algumas Críticas da Indústria da Construção Civil	36
2.5 A Indústria da Construção Civil em Pernambuco	38
3. REFERENCIAL TEÓRICO	43
3.1 A Contabilidade sobre o Enfoque Sistêmico	43
3.2 Os Objetivos do Sistema de Informação Contábil	49
3.3 O processo de Gestão e das Micro e Pequenas Empresas	50
3.4 A Importância das Informações Contábeis	54
3.5 As Informações Contábeis destinadas às Micro e Pequenas Empresas	57

4. METODOLOGIA DE PESQUISA	67
4.1 Método e Tipologia de Pesquisa	67
4.2 O Universo e a Amostra da Pesquisa	70
4.3 Tratamento Estatístico	76
5. ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	78
5.1 Análise Descritiva	78
5.2 Análise das Questões	98
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
7. BIBLIOGRAFIA	113
8. ANEXO	120
9. APÊNDICE	125

1. INTRODUÇÃO

1.1 Considerações Iniciais

A maior rapidez com que as atividades devem ser desenvolvidas é a grande mudança a qual as empresas, das mais variadas áreas de atuação, têm que se submeter para continuarem competitivas em seu mercado. O crescimento da competitividade global e a inserção do Brasil no processo de mundialização transformaram sua economia. Nesse contexto, as empresas brasileiras estão sendo forçadas a adaptar e a rever suas estratégias competitivas e seus modelos de gestão, passando a buscar como subsídios às informações gerenciais em seus processos de controle e tomada de decisão.

Essa complexidade do ambiente econômico gera dificuldades na gestão dos negócios das micro e pequenas empresas considerando que essas normalmente são organizações predominantemente de cunho familiar, cuja direção é determinada por laços sanguíneos, condição na qual a ascensão profissional, normalmente não está condicionada a prática de sistemas de gestão contemporâneos nem a utilização de informações adequadas para a tomada de decisão.

As micro e pequenas empresas têm grande importância na economia nacional como fonte de geração de empregos, porém, de acordo com dados do Sebrae (pesquisa de campo no início de 2004 para apurar a taxa de mortalidade das empresas constituídas em 2000, 2001 e 2002,) as causas principais do fechamento prematuro das empresas são as falhas na condução gerencial e no planejamento no início de um novo negócio.

A motivação dessa pesquisa se dá pela grande importância que as informações contábeis podem ter para o sucesso das micro e pequenas empresas em um mercado altamente competitivo.

Tendo em vista que os gestores das empresas possuem características sócio-econômicas, culturais e psicológicas próprias, em virtude da atividade que exercem e da região que estão localizadas, acredita-se que tais características influenciam na decisão dos gestores em utilizarem informações oriundas da Contabilidade como instrumentos de gestão.

A presente dissertação tem como proposta a discussão e reflexão sobre a forma de como as informações contábeis, através de seus relatórios, estão inseridas na cultura vigente das micro e pequenas empresas, do setor de construção, instaladas na Região Metropolitana de Recife, capital do estado de Pernambuco, com vista a identificar se estas atendem às expectativas informacionais dos seus gestores para a tomada de decisões.

1.2 O Tema

A escolha do tema Utilização das informações Contábeis no Processo de Gestão de Micro e Pequenas Empresas da Construção Civil, para a presente pesquisa, foi realizada observando os seguintes motivos:

- A competição acirrada é apontada como um dos principais problemas enfrentados pelas empresas do setor da construção civil em Pernambuco;

- A constatação feita por pesquisas realizadas por outros autores, tais como: Vilela (2000, p.10) e de Frey & Frey (2000, p.5) que afirmam que a contabilidade não está fornecendo informações gerenciais para pequenas empresas;
- O pequeno número de estudos acadêmicos desenvolvidos especialmente para as necessidades das pequenas empresas;
- Preocupação do pesquisador que sente a necessidade de conhecer o ambiente de micro e pequenas empresas já que é um interessado no tema.

1.3 Problema de pesquisa

De acordo com os resultados das pesquisas de VILELA (2000, p.14) nas empresas de pequeno porte localizadas na cidade de Ribeirão Preto/SP e de FREY & FREY (2000, p.12) nas pequenas empresas estabelecidas no perímetro urbano de Santa Cruz do Sul, apresentados no XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, a contabilidade não vem fornecendo informações gerenciais aos gestores das pequenas empresas.

A sistemática tributária que está estabelecida no Brasil nos leva a crer que a contabilidade, principalmente no segmento das micro e pequenas empresas, está voltada apenas para cumprimento das obrigações fiscais.

“A função básica do contador é produzir informações úteis aos usuários da Contabilidade para tomada de decisões. Ressalta-se, entretanto, que, em nosso país, em alguns segmentos da nossa economia, principalmente na pequena empresa, a função do contador foi distorcida (infelizmente), estando voltada exclusivamente para satisfazer às exigências legais”.(Marion 2003, p. 25)

Segundo o autor, houve uma distorção da finalidade da contabilidade nessas empresas. Estão preocupadas em atender exigências do governo, esquecendo-se dos elementos fundamentais para sua sobrevivência, ou seja, os aspectos gerenciais que são os dados para as tomadas de decisões.

Porém, o objetivo da contabilidade é fornecer informações que ajudarão seus usuários à tomada de decisões. De acordo com Hendriksen & Van Breda (1999, p.94) a administração é a usuária principal da contabilidade, pois é responsável pela condução do negócio. E, para atingir este objetivo a contabilidade tem que considerar as necessidades específicas de informações dos gestores, através do prévio conhecimento dos respectivos processos decisórios.

A contribuição que a contabilidade pode oferecer são informações econômicas e financeiras, possibilitando uma melhor gestão e, por conseguinte, uma maior geração de empregos e renda, visto que o setor da Construção Civil absorve significativa parcela da massa populacional trabalhadora.

Assim surge o problema de pesquisa:

As informações oriundas da contabilidade são efetivamente utilizadas no processo decisório dos gestores das micro e pequenas empresas do setor de construção civil localizadas na região metropolitana do Recife?

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

Identificar quais os fatores que contribuem para a utilização ou não do sistema de informações contábeis utilizadas no processo decisório das micro e pequenas empresas do segmento da construção civil na região metropolitana de Recife.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Revelar o que é considerado informação contábil nesse segmento e quais as suas contribuições principais para o processo decisório.
- Delimitar a importância atribuída pelos gestores das micro e pequenas empresas, às informações contábeis oriundas do setor de Contabilidade.

1.5 Questões da pesquisa

Visando nortear os esforços para oferecer uma contribuição ao problema de pesquisa, bem como direcionando o foco para atingir os objetivos definidos, apresentam-se as questões de pesquisa:

Primeira Questão

O grau de importância atribuído às informações oriundas da contabilidade e a aspiração de receber mais informações da contabilidade poderá ser um indicador de que a contabilidade é utilizada como instrumento gerencial para a tomada de decisões?

Segunda Questão

O grau de importância atribuído às informações oriundas da contabilidade é um fator que depende do tempo de experiência dos gestores no processo de tomada de decisão?

Terceira Questão

A satisfação com as informações fornecidas pela contabilidade para tomada de decisões é um fator dependente da qualificação do profissional responsável por estas informações?

Quarta Questão

A utilização de informações de orçamento empresarial é um fator dependente do tempo de experiência dos gestores no processo de tomada de decisões?

Quinta Questão

A utilização de informações de custos é um fator dependente do tempo de experiência dos gestores no processo de tomada de decisões?

Sexta Questão

A escolha pelo regime de tributação do lucro presumido, relacionado com a prestação de serviços terceirizados de contabilidade poderá ser um indicador da não utilização de informações contábeis no processo de gestão?

Sétima Questão

A escolha pelo regime de tributação pelo lucro real, que obriga as empresas a manterem escrituração contábil influencia na aspiração dos gestores em obter mais informações da contabilidade para auxiliar o processo de gestão?

1.6. Delimitação do Estudo

A indústria da construção civil é um ramo de atividade produtiva do setor secundário da economia que apresenta características específicas, o que a diferencia das indústrias fabris, quando comparadas em seus processos produtivos, organização do trabalho e mecanização.

Participa do contexto da economia nacional de forma bastante expressiva uma vez que atua com infra-estrutura e habitação. Além disso, contribui para inclusão social de pessoas que desprovidas de qualificação profissional (pedreiro, servente, ajudante de pedreiro, etc.), que encontram resistência para o acesso ao trabalho e conseqüentemente à renda. Mas, sobretudo é responsável pela execução de obras habitacionais, que são base para a redução do déficit habitacional do país, o que é importante para a sua organização social.

A indústria da construção civil mantém uma cadeia de relações intersetoriais abrangente no sistema econômico, tal que a condução da política econômica afeta direta e sensivelmente o setor. É grande a associação entre o produto da construção e o volume de investimentos da economia, o que faz com que mudanças relativamente pequenas na demanda agregada se reflitam de forma ampliada na produção do setor. Assim, em períodos de crescimento econômico, o volume de investimentos tende a se ampliar de forma mais

pronunciada, impactando mais fortemente a construção do que a produção total de bens e serviços.

O seu processo produtivo demanda uma grande diversidade de bens e serviços produzidos em outros setores, contribuindo para a geração e manutenção de empregos nesses outros setores e para o desenvolvimento do sistema de produção, o que torna a importante para o crescimento da economia nacional.

Além do contingente diretamente envolvido na execução das obras, como as empresas construtoras, empreiteiras, profissionais autônomos e os operários, que compõem a mão-de-obra direta na construção, participam do sistema “construção” profissionais de planejamento, especialistas em empreendimentos financeiros, setores de órgãos públicos, incorporadoras e outros integrantes que contribuem para o desenvolvimento do setor.

Porém, no Brasil, de acordo com SCARDOELLI (1994), o sub-setor edificações tem-se caracterizado ao longo do tempo por vários fatores que direcionam para o chamado atraso tecnológico e organizacional, com a utilização de métodos de gestão ultrapassados, a baixa produtividade do processo e o excesso de perdas, somados aos problemas de qualidade do produto final.

As particularidades da construção de edifícios demonstram uma grande carência da aplicação dos conceitos gerais da qualidade com relação a procedimentos que possam contribuir para a melhoria da qualidade dos produtos, processos e métodos de gestão do sub-setor (PICCHI, 1993).

Durante muito tempo, essa situação de retardamento foi atribuída às particularidades que distinguem a construção civil dos demais setores produtivos. Porém, as empresas do sub-setor estão sendo obrigadas a fazerem mudanças radicais, forçadas pelo novo contexto de aumento da exigência quanto à qualidade e à produtividade, impulsionando a competitividade do mercado e o nível de exigência dos consumidores (SCARDOELLI et al, 1994)

O mercado e seus analistas dividem as atividades da construção em três sub-setores bem distintos: o sub-setor de edificações, o sub-setor da construção pesada e o sub-setor de montagem.

As atividades principais em Edificações são: construção de edifícios residenciais, comerciais, de serviços e institucionais; edificações modulares horizontais (conjuntos habitacionais), edificações industriais; além de exercer trabalhos complementares e auxiliares à edificação.

Na construção pesada se desenvolvem atividades como: a construção de infraestrutura viária, urbana e industrial (terraplanagem, pavimentação e obras ligadas a construção de rodovias); infraestrutura ferroviária, aeroportos, vias urbanas, etc.); construção de obras estruturais e de arte (pontes, elevadores, contenção de encostas, túneis, etc.); construção de obras de saneamento (captação, adução, reservação, tratamento e distribuição d'água; redes coletoras de esgoto, emissários, canalizações diversas); construção de barragens hidrelétricas, dutos, túneis, superestrutura ferroviária e obras de tecnologia especial, (usinas atômicas, fundações especiais, perfurações de poços de petróleo, gás, etc.)

A montagem industrial é uma área voltada à montagem de estruturas mecânicas, elétricas, eletromecânicas e hidromecânicas, para a instalação de indústrias, montagens de sistemas de geração, transmissão e de distribuição de energia elétrica, montagem de sistema de telecomunicações, montagem de estruturas metálicas; montagem de sistemas de exploração de recursos naturais; obras subaquáticas. As empresas desse sub-setor podem executar a construção de edifícios industriais e a elaboração de estudos e projetos.

De acordo com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC o segmento de construção pesada e montagem são bem mais homogêneos, prevalecendo um número reduzido de empresas de grande e médio porte. Algumas empresas se encontram entre as 100 maiores empresas do Brasil, considerando todos os ramos de atividades econômicas. Esta estrutura de mercado é condicionada pela própria natureza das atividades, que impõe maior capacitação tecnológica e ganhos de escala.

Em contrapartida, o segmento de edificações apresenta grande heterogeneidade interna, quanto ao tamanho e à capacidade tecnológica e empresarial de suas empresas. Existem estabelecimentos de diferentes portes e especialização, com o predomínio de pequenas empresas. É neste segmento que se concentra o maior número de empresas do setor devido a menor introdução de máquinas e equipamentos e ao forte parcelamento das atividades produtivas. O uso da mão-de-obra é mais intensivo. De acordo com o CBIC, na média, o setor contribui com cerca de 70% do volume de empregados gerados. A demanda privativa é o mercado típico do segmento, estando a evolução da construção comercial e residencial estreitamente relacionada às condições de financiamento prevalentes do mercado.

Para realização desta pesquisa foram abordadas empresas do segmento da construção civil, do sub-setor de edificações, estabelecidos no Estado de Pernambuco, particularmente no Grande Recife, onde está concentrada a maioria das empresas de construções de imóveis. De acordo com dados da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco – FIEPE¹, juntas, detêm mais de 80% do volume da oferta de imóveis novos disponíveis a venda no mercado recifense.

1.7 Relevância da Pesquisa

A importância das micro e pequenas empresas na economia nacional como fonte de geração de empregos é unânime na literatura pesquisada. Em reportagem do Jornal do Commercio (2003, p.4), com base em informações fornecidas pela Secretaria do Estado de Pernambuco e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Pernambuco (SEBRAE/PE) este segmento gera mais de 800 mil postos de trabalho em Pernambuco.

Em contrapartida, de acordo com a entrevista do presidente do Sebrae à Revista Brasileira de Contabilidade (2002, P.4), “32% das micro e pequenas empresas fecham em menos de um ano de funcionamento, 44% em menos de dois anos, 71% em menos de cinco anos.”

Através de um contrato celebrado entre o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE e a Fundação Universitária de Brasília – FUBRA² foi realizada uma pesquisa de campo no início de 2004 para apurar a taxa de mortalidade das

¹ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - FIEPE. Banco de dados da Pesquisa IVV – Índice de Velocidade de Vendas de Imóveis no Grande Recife, Recife - 2001.

² SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Fatores Condicionantes e Taxa de Mortalidade de Empresas no Brasil. Brasília – Ago. 2004.

empresas constituídas em 2000, 2001 e 2002, identificando os fatores condicionantes da mortalidade e cotejando os resultados de entrevistas realizadas junto a empresas extintas e em atividade.

Nos levantamentos realizados sobre os fatores determinantes da mortalidade, foram avaliados os principais motivos que, na opinião dos empresários, levaram as empresas ao encerramento das atividades. A pesquisa de campo levantou, ainda, os fatores que explicam o sucesso nos negócios, ou seja, as condições que, estando presentes na condução do empreendimento, contribuíram para diminuir as causas de fracasso das empresas.

Os primeiros dois fatores de sucesso apontados pelos empresários integram as chamadas habilidades gerenciais, que refletem a preparação do empresário para interagir com o mercado em que atua e a competência para bem conduzir o negócio. As habilidades gerenciais ocupam lugar de destaque entre os condicionantes do sucesso empresarial, seguido da capacidade empreendedora e da logística operacional.

Na opinião dos empresários que encerram suas atividades, encontra-se em primeiro lugar entre as causas do fracasso questões relacionada às falhas gerenciais na condução dos negócios, expressas nas razões: falta capital de giro (indicando descontrole de fluxo de caixa), problemas financeiros (situação de alto endividamento), ponto inadequado (falhas no planejamento inicial) e falta de conhecimentos gerenciais.

Projetando-se os percentuais de taxas de mortalidade sobre o número total de empresas nos três anos, ou seja, de 2000 a 2002, pode-se estimar o custo social total advindo do encerramento das atividades empresariais. De acordo com os cálculos do SEBRAE, estima-

se o fechamento de 772.679 empresas nos três anos, além da perda de 2,4 milhões de ocupações, contribuindo para o crescimento das taxas de desemprego e da atividade informal.

Diante dos fatos apresentados, o diagnóstico da pesquisa realizada pelo SEBRAE indicou com uma das causas principais do fechamento prematuro das empresas as falhas na condução gerenciais e no planejamento no início de um novo negócio.

Vale ressaltar que a pesquisa ao analisar as razões do fechamento das empresas e comparando-as com os fatores de sucesso mencionados com maior frequência observou-se que o fator que ameaça a sobrevivência da empresa foi a falta de dados consistentes para a tomada de decisão, desde a escolha do negócio a ser empreendido, até a forma de financiamento das operações, políticas de vendas, estratégia de compras e estrutura de produção.

Outro indicador que merece atenção na pesquisa é que entre os tipos de assessorias e auxílios demandados na condução ou gerenciamento da empresa, segundo os proprietários das empresas, o contador lidera o ranking.

Diante do exposto acima, a motivação dessa pesquisa se dá pela grande importância do sistema de informações contábeis para o sucesso das empresas em um mercado altamente competitivo, visto que a competição acirrada é apontada pelos gestores como um das preocupações no processo de gestão.

Este trabalho justifica-se por buscar evidenciar o papel do sistema de informação contábil como sendo um instrumento de gestão para as empresas de um modo geral, independentemente do seu porte, comparando os resultados obtidos com a literatura existente.

As informações geradas por esse trabalho podem ser utilizadas por outras micro e pequenas empresas pertencentes ao mesmo segmento econômico, objeto do presente estudo, com vistas a melhorar o seu processo de gerenciamento.

Além disso, o trabalho visa incentivar novas pesquisas na área de sistema de informação contábil em outros Estados e regiões do país, voltadas às micro e pequenas empresas diante de um campo de pesquisa ainda pouco explorado, também não sendo encontradas análises atinentes às micro e pequenas empresas de Construção Civil em Pernambuco. Com isso poder-se-á traçar as práticas mais comumente usadas de utilização das informações fornecidas pela contabilidade no Brasil, voltadas à gestão das micro e pequenas empresas do setor.

1.8 Estrutura do Trabalho

Incluindo a introdução, a presente dissertação está estruturada em seis capítulos. A Introdução apresenta as intenções do autor e os objetivos do trabalho, enunciando seu tema, problema, questões, delimitação do tema e a relevância da pesquisa. No segundo capítulo apresenta as características do segmento da construção civil e evidencia a importância do setor na sociedade. Em seguida foi realizada uma revisão teórica a respeito da contabilidade sob o aspecto, dos seus objetivos, assim como sobre sua importância no processo de gestão das empresas. No quarto capítulo foi apresentada a metodologia de pesquisa. Este visou descrever quais as premissas utilizadas para responder aos objetivos da dissertação. No capítulo de análise dos dados da pesquisa foram analisados os resultados obtidos através das respostas dos formulários aplicados, com ênfase nos aspectos apresentados no capítulo de

revisão de literatura. Por fim, no capítulo das considerações finais foram apresentadas as observações finais da dissertação.

2. A INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

A construção civil é um setor que apresenta certas particularidades dentro do universo produtivo da economia brasileira, desempenhando um papel fundamental no seu desenvolvimento. A partir do crescimento e desenvolvimento econômico do país, iniciado na década de 50, a construção civil ganhou importância e começou a se destacar como atividade industrial.

Em virtude de possuir uma cadeia de relações intersetoriais abrangente no sistema econômico, a condução política econômica afeta direta e sensivelmente o setor, ou seja, é grande a associação entre o produto da construção e o volume de investimentos da economia, o que faz com que as mudanças relativamente pequenas na demanda agregada se reflitam de forma ampliada na produção do setor. Dessa forma, pode-se inferir que em períodos de crescimento econômico, o volume de investimentos tende a se ampliar de forma mais pronunciada, impactando fortemente a construção do que a produção total de bens.

Conforme análise realizada pela Comissão de Economia e Estatística – CEE – CBIC (1999)³ sobre a economia brasileira e a construção civil na última década, apesar do ciclo de expansão iniciado em 1993, quando o PIB setorial voltou a apresentar crescimento positivo, sendo considerado a melhor taxa de crescimento desde o atípico ano de 1986, a indústria de construção continua operando abaixo de sua capacidade produtiva e de seu potencial de emprego. Gradualmente, o produto da construção civil foi caindo nos anos

³ COMISSÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DA CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO – CEE/CBIC. A Economia Brasileira e a Construção Civil na última década. Out. 1999.

seguintes a 1993, só voltando a crescer no ano 2000. Porém, nos últimos anos os números voltaram a cair.

É importante ressaltar que, a atividade de construção civil impacta a economia brasileira de forma bem mais ampla do que aquela visualizada antes pelas atividades de edificações, obras de engenharia civil e de infra-estrutura e construção autônomas, ou seja, pelo setor de construção civil propriamente dito. O conceito utilizado hoje é “Macrossetor da construção”, definido como o setor da construção propriamente dito acrescido dos segmentos fornecedores de matérias-primas e equipamentos para a construção e dos setores de serviços e distribuição ligados à construção. Através deste novo conceito, podem-se avaliar melhor, os efeitos multiplicadores setoriais da indústria de construção sobre o processo produtivo, sua capacidade de realização de investimentos, o seu potencial de criação de empregos (diretos e indiretos), além de seus efeitos benéficos sobre a balança comercial e sobre o nível de inflação.

2.1 A Construção Civil e o Valor Adicionado da Economia

O valor adicionado da economia é obtido pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário. Na atividade da Construção civil, o valor bruto da produção corresponde ao “valor colocado no local” (value put-in-place), incluindo todos os gastos necessários à realização da obra (materiais de construção, mão-de-obra, lucro do consumidor, trabalhos de engenharia e arquitetura e todos os demais custos associados diretamente à construção). O consumo intermediário corresponde a um montante de recursos econômicos aplicados na atividade de construção, como os custos diretos (custos de construção) e os custos indiretos (despesas gerais). O valor adicionado é uma variável que

representa a renda gerada durante o ano, correspondendo, no entanto a uma parcela da construção do Produto Interno Bruto (PIB) da atividade de construção, delimitada pelo âmbito dos Censos Econômicos.

De acordo com estudo do Macrossetor, realizado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV⁴, para todo o Brasil, requisitado pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC, o complexo representado pelo Macrossetor da Construção respondeu diretamente, em 2002, por 11,09% do Valor Adicionado da economia, o que representa uma queda expressiva frente aos cerca de 14,04% observados em 1998. Porém, nos efeitos totais (diretos, indiretos e induzidos), o Macrossetor atingiu sua participação de 20,56%.

O efeito direto refere-se ao impacto direto sobre os fornecedores de insumos para cada unidade monetária adicional de produção na atividade considerada. Entende-se por efeito indireto o impacto em toda a cadeia de fornecimento dos fornecedores diretos da atividade considerada. Donde se conclui que o efeito direto mais o indireto representa o impacto sobre os fornecedores de insumos para cada unidade monetária adicional de produção na atividade considerada. O efeito induzido, por sua vez, apresenta o impacto de uma unidade adicional de renda do trabalho, resultante de unidade monetária adicional de produção na atividade considerada, sobre a demanda de bens e serviços para consumo final e respectivas cadeias produtivas.

O estudo do Macrossetor da Construção prossegue informando que nos efeitos totais da produção sobre o conjunto das atividades econômicas, a sua participação nos componentes da renda nacional cresce significativamente, passando a 20,56% da riqueza

⁴ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Matriz Insumo-Produto do Macrossetor da Construção – 2002.

gerada e a 14,66% dos salários pagos na economia. O emprego também aumenta a participação para cerca de 18,77% do total das ocupações do país em 2002, contra 15,18% nos resultados apurados para 1998 (Quadro 01).

Conforme demonstrado no Quadro 02 a seguir, a maior parte da queda na participação direta do Macrossetor na economia está associada ao seu núcleo – a Construção Civil propriamente dita – que teve sua participação na economia do país reduzida de 10,31%, em 1998, para 7,96%, em 2002. A indústria associada à construção respondeu por mais 2,18% e os serviços associados à construção com os 0,95% restantes (contra 2,86% e 0,87%, respectivamente, em 1998)

Quadro 01 - Participação da Produção de 2002 sobre a renda, salários e emprego, considerando-se os efeitos diretos, indiretos e induzidos

Efeitos				
Variáveis	Diretos	Diretos + Indiretos	Totais	Total da Economia
Valor adicionado bruto a preço básico (em R\$ mil)	132.995.535	182.155.635	246.568.111	1.199.144.873
Salários (em R\$ mil)	18.209.069	40.618.024	51.546.548	351.675.930
Pessoal ocupado	6.185.016	11.487.292	12.455.158	66.373.200
Participação %				
Valor adicional bruto a preço básico	11,09	15,19	20,56	100,00
Salários	5,18	11,55	14,66	100,00
Pessoal ocupado	9,32	17,31	18,77	100,00

Fonte: Matriz de Insumo-Produto do Macrossetor da Construção – FGV-2002

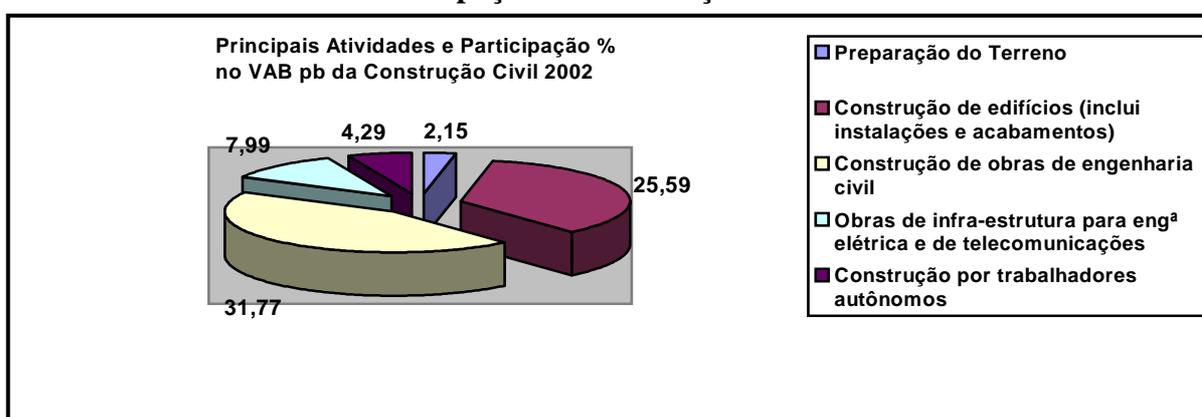
No Gráfico 1 é possível observar a composição de cada uma das atividades dentro do Macrossetor, ressaltando-se que às indústrias associadas à construção possuem, na cadeia produtiva, um encadeamento para trás, enquanto àquelas voltadas para os serviços, possuem um encadeamento para frente, segundo o estudo da FGV.

Quadro 02 - Atividades dentro do Macrossetor

Participação no VAB (pb)	2002
	Efeitos Diretos
Industria Associada à Construção	2,18
Construção Civil	7,96
Serviços Associados à Construção	0,95
Macrossetor da Construção	11,09

Fonte: Matriz de Insumo-Produto do Macrossetor da Construção – FGV-2002

O núcleo do Macrossetor pode, ainda, ser desagregado em cinco atividades econômicas distintas, que representam a seguinte participação relativa da Construção Civil:

Gráfico 01 – Atividades e Participação da Construção Civil

Fonte: Matriz de Insumo-Produto do Macrossetor da Construção – FGV-2002

Com isso, o estudo indica que o segmento de construção de edifícios (que inclui instalações e acabamentos) responde por cerca de 26% da riqueza gerada pelo conjunto das atividades de construção.

Um aspecto importante a ser observado sobre o setor é seu reduzido coeficiente de importação, de modo que o crescimento do setor não pressiona a balança comercial e o balanço de pagamentos do país. Em princípio, a construção é uma indústria que não depende de financiamentos externos. A pequena importação de materiais cumpre um papel importante de estabilizar os preços internos e aumentar o poder de barganha das empresas construtoras junto ao mercado fornecedor, nos segmentos onde há tendência à cartelização e

oligopolização. Ademais, os custos da construção são perfeitamente compatíveis com a taxa média da inflação brasileira.

Ainda sobre o assunto, vale destacar que, embora responda por 11,09% da riqueza gerada no país em 2002, as importações do Macrossetor representam apenas 8,06% do total das atividades econômicas, indicando uma maior presença relativa de produtos de origem nacional na sua estrutura produtiva. Mas, se for comparado com os dados da pesquisa anterior (dados de 1998), houve um aumento neste percentual, que está associado à maior compra externa de produtos de acabamento para edificações.

Os especialistas e analistas do mercado afirmam que a globalização vem apontando nas atividades de engenharia e inaugura uma nova era para esse mercado. A abertura econômica abriu caminho para um crescente interesse dos investidores e empresas internacionais no Brasil, que chegam ao país com um enorme suporte tecnológico e financeiro e com uma cultura empresarial mais dinâmica – pontos que são de crucial importância para o setor da construção civil.

2.2 A Construção Civil e o Impacto na Geração de Empregos

Uma característica importante do Macrossetor é sua elevada capacidade de gerar empregos, representando quase 6,2 milhões de trabalhadores diretamente ocupados em 2002, respondendo por 9,3% do total do país. Neste quesito houve uma melhora relativa, dado que em 1998 a cadeia produtiva da construção empregou 5,4 milhões de pessoas. Considerando-se os efeitos totais, o Macrossetor emprega quase 12,5 milhões de trabalhadores, conforme demonstrado no Quadro 03.

Quadro 03 – Macrosetor da Construção e a Geração de Emprego

Macrosetor da Construção	Geração de Emprego (em milhões) - 2002
Efeitos Diretos	6.185
Efeitos Diretos e Indiretos	11.487
Efeitos Diretos, Indiretos e Induzidos	12.455

Fonte: Matriz de Insumo-Produto do Macrosetor da Construção – FGV-2002

Os resultados da pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (matriz insumo-produto de 2002) mostram ainda que o Macrosetor é um complexo produtivo dos mais importantes na geração de emprego, ficando em 5º lugar no ranking das atividades econômicas, quando se considera como critério o tamanho do setor (ou seja, o valor adicionado bruto a preços básicos) relativamente aos demais. Veja o Quadro 04:

Quadro 04 – Ranking das Atividades Econômicas

Atividade	Efeitos Diretos	Ranking	Efeitos Diretos e Indiretos	Ranking	Efeitos Totais	Ranking	Emprego Total	Ranking
Indústria associada à construção	117	19	229	24	329	29	923.544	11
Construção	231	12	326	20	420	20	4.064.200	6
Serviços associados à construção	839	3	886	4	1.113	3	1.197.272	0
Macrosetor	230	11	307	19	399	19	6.185.016	5
Agropecuária	642	4	717	4	788	6	12.508.400	1
Serv. Prest. As Famílias	863	2	996	2	1.230	2	10.267.000	2
Comércio	562	5	639	5	830	4	9.722.587	3
Serv. Priv. não Mercantis	4.022	1	4.045	1	4.637	1	6.363.700	4
Administração Pública	215	12	337	17	817	5	6.182.500	6
Serv. Prest. Às Empresas	382	6	436	10	669	8	2.944.340	7
Transportes	316	9	396	12	565	12	2.780.900	8
Artigos do Vestuário	817	3	917	3	1.036	3	1.736.700	9
Instituições Financeiras	62	22	136	34	350	22	785.300	10
Out. Produtos Alimentares	130	17	427	11	557	14	672.400	11
Outros Metalúrgicos	246	10	379	14	558	13	565.763	12
Máquinas e Tratores	94	18	184	30	328	28	518.48	13
Madeira e Mobiliário	378	7	560	6	724	7	471.912	14
Papel e Gráfica	94	19	196	28	329	27	422.600	15
Fabricação de Calçados	358	8	479	9	616	10	397.900	16
Beneficiamento Prod. Vegetais	91	21	493	8	597	11	329.200	17
Indústrias Diversas	196	13	332	18	463	15	295.900	18
Minerais não-metálicos	149	14	237	21	348	23	277.984	19
Comunicações	44	31	142	33	301	30	266.800	20
TOTAL	-	-	-	-	-	-	66.373.200	-

Fonte: Matriz de Insumo-Produto do Macrosetor da Construção – FGV-2002

2.3 A Construção Civil e o Déficit Habitacional do País

Não se pode esquecer que a habitação é tida pelos autores pesquisados com exemplo por excelência da atividade da construção civil. O setor está diretamente relacionado ao problema do déficit habitacional do país que demanda por seus serviços (produtos) atrelados aos planos habitacionais.

O destino principal dos produtos do Macrossetor é a Formação Bruta de Capital (FBCF) do país, ou seja, a maior parte da produção setorial representa investimentos em infraestrutura, edificações e moradias. Em 2002 a FBCF foi R\$ 246,606 bilhões, sendo que o Macrossetor contribuiu relativamente com 68,37% para a sua composição. Esta elevada participação deve-se à sua atividade principal – a construção civil – que participou isoladamente com 64,44% dos investimentos realizados no país

A população brasileira, de acordo com dados do IBGE⁵, teve um crescimento de 15.5% em nove anos. Neste mesmo período a região nordeste teve um crescimento de 12,2%. Se partirmos para uma análise mais específica, os últimos dados apresentados pelo IBGE evidenciam que a Região Metropolitana do Recife teve um crescimento de 16% de 1991 para 2000. A densidade demográfica da Região Metropolitana do Recife revela um dos problemas enfrentados pelos gestores públicos.

De acordo com dados da Fundação João Pinheiro⁶ o déficit habitacional brasileiro em 2000 foi estimado em 6.656.526 novas moradias, com incidência notadamente urbana,

⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico, 2000.

⁶ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES. Déficit Habitacional no Brasil – 2000, Disponível em <<http://www.fjp.gov.br>> Acesso em 09.10.2004.

correspondendo a 81,3% do montante brasileiro. A Região nordeste lidera a demanda nacional, com necessidades estimadas em 2.631.790 unidades. A Fundação João Pinheiro define déficit habitacional como sendo a necessidade de construção de novas moradias, seja em função de reposição de estoque de domicílios existentes, seja em função do incremento desse estoque, detectada em um determinado momento.

O estudo apresenta ainda o conceito de habitações inadequadas visto que as necessidades habitacionais englobam, além do déficit habitacional, também as habitações inadequadas que procuram identificar aquelas que não proporcionam a seus moradores condições desejáveis de habitabilidade, não implicando, contudo, em necessidade de construção de novas moradias.

Os dados revelam a existência no Brasil de 1.508.744 unidades segundo o critério de inadequação, representando 4,7% do total de casa e cômodos urbanos. O problema fundiário urbano é mais aparente nas Regiões Nordeste e Sul, sendo menos evidente na região Centro-Oeste. Nas regiões Metropolitanas de Recife e Porto Alegre são encontrados os percentuais mais elevados, ultrapassando 10%.

O estudo do déficit habitacional, por faixa de renda, mostra que 83,2% do total do déficit urbano brasileiro atinge famílias com até três salários mínimos. Donde se conclui que as pesquisas sobre o déficit populacional no Brasil apresentam uma concentração em segmentos de baixa renda, que dispõe apenas de sua própria força de trabalho como forma de pagamento.

Em suma, a indústria da construção nacional impulsiona a grande maioria dos seguimentos produtivos, seja através de sua diversificada demanda industrial ou indiretamente pela geração de emprego e renda, além de que os insumos dessa indústria “(...) são responsáveis pelos ganhos de produtividade dos diferentes setores.” (Pastore, 1998, p.10), o que justifica a sua denominação de “(...)poderosa alavanca para o desenvolvimento sustentado do país.”(Trevisan, 1998, p.17).

2.4 Algumas Críticas da Indústria da Construção Civil

Schmitt, Formoso, Molin e Bonin (1992, p.8) afirmam que a indústria da construção civil, e em particular o sub-setor edificações, é frequentemente criticada pela sua baixa eficiência produtiva, pela imprevisibilidade de suas operações e pela qualidade de seus produtos aquém das expectativas, mostrando que os principais obstáculos ao desenvolvimento da construção civil no Brasil são: falta de cultura voltada para a qualidade e da produtividade nas operações da construção civil em relação às exigências do seu processo tecnológico; carência de informações e garantias sobre o real desempenho de produtos e serviços na construção civil devido à escassez de textos normativos e sistematização dos conhecimentos.

Se produtividade é o resultado de todo o esforço pessoal e organizacional associado à produção, ao uso e/ou à expedição de produtos e prestação de serviços, conclui-se que esta problemática, na construção civil, está relacionada principalmente as suas mais fortes características: a baixa qualificação do trabalhador, a pouca utilização de novas tecnologias (equipamentos e processos produtivos) e um alto grau de desperdício, problemas que exigem uma mudança cultural e um esforço conjunto para serem solucionados.

A modernização da construção civil com ênfase no âmbito da gestão da produção passa a exigir mais produtividade e qualidade do produto, principalmente visando a implantação de técnicas gerenciais mais modernas. Coffey (2000, p.5) ressalta que, o comprometimento e o desenvolvimento de trabalhadores são aspectos essenciais no gerenciamento dos recursos humanos, dentro da *lean construction*⁷. Saboy (1998, p8) afirma que é importante a valorização da mão-de-obra, devido a sua possibilidade de dar ou não qualidade ao produto. De acordo com Farah (1996, p.10), as construtoras que valorizam seus operários, além de estarem assegurando lugar no mercado, provavelmente irão crescer em consequência dessa valorização. Todavia, fez-se necessário conhecer melhor essa força de trabalho.

Sobre o assunto, Koskela (2000, p.4) reforça o entendimento que a geração de valor da empresa refere-se também ao cliente interno, sendo para isso necessário conhecer e interpretar adequadamente as necessidades e requisitos desse tipo de cliente, que na indústria da construção civil é melhor representada pelos operários.

Quanto a pouca utilização de novas tecnologias, a natureza da construção civil deve estar ligada a uma articulação produtiva mais ampla que a aplicação do conceito de repetição e produção em série, onde se tornam mais relevantes os aspectos ligados às possíveis formas de gestão. Segundo Vidal (1989, p.23) “industrializar a construção, talvez possa vir a ser entendido como: gerir e articular, eventualmente repetir”. Buscar novas

⁷ Ao longo dos anos 90, um novo referencial teórico vem sendo construído para a gestão de processos na construção civil, envolvendo o esforço de um grande número de acadêmicos tanto no país como no exterior, com o objetivo de adaptar alguns conceitos e princípios gerais da área de Gestão da Produção às peculiaridades do setor. Este esforço tem sido denominado de Lean Construction (Produção Enxuta).

tecnologias para a indústria da construção deve ser considerado como uma tentativa de melhorar os trabalhos e os resultados.

Já em relação ao desperdício, este não deve ser interpretado como o material refugado no canteiro de obras, mas sim como toda e qualquer perda durante o processo. Souza e Agopyam (1999, p.14-20) constataram por uma investigação por uma investigação que abrangeu 85 canteiros de obras de 75 empresas construtoras em 12 Estados, medindo o consumo e perdas relativos a 18 tipos de materiais e diversos serviços que há um desperdício alarmante no setor de construção civil devido a falhas cometidas nas empresas.

Diante deste contexto, pode-se inferir que os problemas relacionados a indústria da construção civil exigem mudanças em termos de gestão para serem solucionados, que vão além do caráter eminentemente técnico e econômico.

2.5 A Indústria da Construção Civil em Pernambuco

O segmento da Indústria da Construção Civil, em Pernambuco, é importante para o desenvolvimento econômico e social do Estado, quer seja pelo impacto na formação do Produto Interno Bruto, quer seja pela geração de empregos, principalmente, para trabalhadores com menor nível de escolaridade. Deve-se destacar, ainda, que aliado a este contexto, existe o problema do déficit habitacional que atinge elevados índices não só em Pernambuco, mas em todo o Brasil.

Partindo-se da desagregação da participação do setor industrial no PIB, em Pernambuco, a análise da participação das atividades no Valor Adicionado Bruto – VAB, de

2002 revela que o setor da construção tem uma contribuição de 10,32% de toda a riqueza gerada no Estado.

A participação do Estado de Pernambuco no PIB brasileiro é da ordem de 2,7% o que representou, em 2002, algo em torno de R\$ 36 bilhões. Com isso, o PIB da construção civil no Estado atingiu, cerca de R\$ 3,8 bilhões, um valor que apenas agrega a atividade da construção, isoladamente, não computando todo o efeito multiplicador da cadeia produtiva do setor.

Os dados acima apresentados evidenciam a magnitude econômica do setor de construção, ou em maior amplitude, o Macrossetor da Construção, no desenvolvimento econômico do Estado. E os seus efeitos multiplicadores na geração de emprego e renda são expressivos na dinâmica dos mercados, onde a oferta do trabalho reduz-se continuamente.

Sobre o impacto da atividade da construção civil na geração de emprego, o estudo do emprego formal da construção civil, de acordo com as bases estatísticas da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego – ano 2000⁸, revela que 18,8% do pessoal em atividade no país estavam trabalhando na Região Nordeste e, desse contingente, cerca de 20% no Estado de Pernambuco. A análise histórica do emprego formal no setor da construção civil em Pernambuco, de 1990 para 2000, revela um crescimento de 46,9% nesse período.

Corroborando com esta informação, de acordo com informações captadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana do Recife realizada pelo

DIEESE e Fundação SEADE⁹ mostram que em 2004 o nível de ocupação apresentou variação positiva de 0,6%, que representou a geração de 7 mil postos de trabalho na Região, resultado das expansões verificadas nos setores da Indústria de Transformação (4 mil), do Comércio (2 mil), da Construção Civil (5 mil) e no agregado dos outros setores (6 mil), e retração dos serviços (10 mil).

Ainda, de acordo com informações captadas na Pesquisa de Emprego e Desemprego realizada pelo DIEESE e Fundação SEADE, com dados do ano de 1999 apontam as seguintes características do setor em Pernambuco:

O rendimento médio de um indivíduo ocupado na construção civil (R\$ 398,00) é 43,7% menor que no Distrito Federal (R\$ 707,00) e 45,1% menor do que em São Paulo (R\$ 725,00). A diferenciação regional é uma realidade do seguimento no Brasil;

Entre o conjunto dos desempregados na região, 10,9% têm experiência anterior de trabalho na construção civil e levam, em média, 33 semanas para encontrar outro trabalho.

Em Recife, a média de idade das pessoas ocupadas na construção civil é de 35 anos. A construção civil é composta, quase que totalmente, por trabalhadores do sexo masculino, com média de idade superior a dos demais setores da economia.

Os ocupados na construção civil freqüentam em média, cinco anos de estudo e 16,1% são analfabetos. A taxa de analfabetismo também é uma característica do setor.

⁸ MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – CAGED (2001)/RAIS/1990 A 2000) [Consultado em CD-ROM]

⁹ DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS - DIEESE. Os trabalhadores e a reestruturação produtiva na construção civil brasileira. Estudos Setoriais nº 12. mar. 2002.

Em relação a outras regiões metropolitanas como Belo Horizonte (58,6%), Distrito Federal (86,1%), Porto Alegre (60,5%), Salvador (54,46%) e São Paulo (76,4%), Recife apresenta um percentual de migrantes inferior a 50 % do total de ocupados na construção civil.

Em pesquisa realizada pelo Sindicato da Indústria de Construção Civil de Pernambuco - SINDUSCON/PE em 2002 “Perfil Sócio-Educacional do Trabalhador da Construção”¹⁰ com trabalhadores do Estado de Pernambuco, ficou registrado que 94,60% dos operários entrevistados trabalham no setor mais de oito meses durante o ano e 2,4% trabalham até quatro meses. Quanto ao tempo de vínculo na empresa, a maioria (41,7%) segue na mesma construtora de um a três anos, tempo semelhante ao da conclusão de uma obra imobiliária. No entanto, 36,85% dos entrevistados ainda passam menos de um ano empregados em uma empresa de construção. Vale ressaltar que 47,5% dos trabalhadores em atividade têm mais de nove anos de experiência no setor construtivo.

A Associação das Empresas do Mercado Imobiliário em Pernambuco – ADEMI/PE computa no seu quadro associativo existem 100 empresas (posição em junho/2004), estando 90% dessas diretamente vinculadas ao setor imobiliário, tanto para imóveis residenciais como para não residenciais.

Em relação a atuação dos negócios, a pesquisa realizada por Mercês (2002) verificou que 42,2% do total entrevistados trabalham exclusivamente no setor de imóveis residenciais, 29,0% trabalham com imóveis residenciais e comerciais e 28,8% trabalham com diversas atividades.

De acordo com pesquisa realizada por Mercês (2002) a maioria dos empresários do setor da construção civil (45,2%) tem entre 35 a 45 anos de idade e grande parte das indústrias do setor caracterizam-se por ser uma empresa familiar. Quando se fala em empresa familiar, torna-se implícito a propriedade de dois ou mais membros de uma família na vida e funcionamento desta empresa.

Em relação ao valor médio dos imóveis disponíveis à venda, a pesquisadora verificou que a grande maioria dos empresários está atuando no intervalo de oitenta a cento e vinte mil. De onde se conclui que exclui a grande quantidade de indivíduos que ganham até três salários mínimos, contribuindo para o déficit habitacional.

Pelo exposto, ora apresentado, evidencia-se a importância da indústria da construção civil (setor da construção, segmentos fornecedores de matérias-primas e equipamentos, setores de serviços e distribuição ligados à construção civil) para o desenvolvimento sócio-econômico de Pernambuco.

Entretanto, verificamos que existem algumas críticas ao setor referentes a uma baixa produtividade de seus produtos, provocados pela desqualificação dos seus trabalhadores, pouca utilização de novas tecnologias e alto grau de desperdícios, o que demanda dos empresários novos posicionamentos quando a gestão.

Nesse contexto, no próximo capítulo será realizada uma revisão teoria da contabilidade financeira e gerencial visando ressaltar a importância da contabilidade no processo de gestão das micro e pequenas empresas.

¹⁰ SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESTADO DE PERNAMBUCO – SINDUSCON/PE. Perfil da demanda por imóveis residenciais no grande Recife. Recife, 2000.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A Contabilidade sobre o Enfoque Sistêmico

O processo de gestão necessariamente requer informações. Isso só é possível através de sistemas que apoiem a decisão dos gestores em todas as fases de seu processo decisório. O objetivo da contabilidade é fornecer informações úteis aos seus usuários, de forma que permita a tomada de decisões. Do ponto de vista sistêmico, a contabilidade pode ser entendida como um subsistema dentro do sistema empresa.

Para entender a contabilidade do ponto de vista sistêmico faz-se necessário definir o propósito da Teoria Geral dos Sistemas. De acordo com Bertalanffy (1975, p.61) a Teoria Geral dos Sistemas objetiva “a formulação de princípios válidos para os ‘sistemas’ em geral, qualquer que seja a natureza dos elementos que os compõem e as relações ou ‘forças’ existentes entre eles”.

O autor (1975, p.61) explica que esta teoria se opõe aos procedimentos analíticos da ciência (princípio fundamental da ciência clássica) em que “uma entidade pode ser estudada resolvendo-se partes e, por conseguinte pode ser constituída ou reconstituída pela reunião destas partes”.

O enfoque sistêmico refere-se a uma conduta de ver as coisas partindo-se de uma visão do conjunto. “Os sistemas são constituídos de conjuntos de componentes que atuam juntos na execução do objetivo global do todo. O enfoque sistêmico é simplesmente um modo de pensar a respeito desses sistemas e seus componentes”. Churchman (1972, p.27)

Bio (1985, p.18) conceitua sistema como “um conjunto de elementos interdependentes, ou um conjunto organizado, ou partes que interagem formando um todo unitário e complexo”. Os sistemas classificam-se em sistemas abertos e fechados. Os sistemas fechados não interagem com o ambiente externo, enquanto os sistemas abertos interagem com o ambiente externo, suas entidades e variáveis.

Para Bertalanffy (1975, p.193) “o sistema aberto defini-se como um sistema em troca de matéria com seu ambiente, apresentando importação e exportação, construção e demolição dos materiais que o compõem”. Donde se conclui que a empresa é um sistema aberto, bem como os sistemas de informações, pois há um processo de interação com o ambiente.

Uma empresa é vista como um sistema aberto porque se relaciona com a sociedade e o ambiente onde atua. “Os sistemas abertos envolvem a idéia de que determinados *inputs* são introduzidos no sistema e, processados, geram certos *outputs*. Com efeito, a empresa vale-se de recursos materiais, humanos e tecnológicos, de cujo processamento resultam bens ou serviços a serem fornecidos ao mercado”. Bio (1985, p.19)

Padozeve (2002, p.36) explica que “a visão da empresa como um sistema aberto, interagindo de forma profunda com o meio ambiente, é vital para a etapa inicial do processo de gestão denominado planejamento estratégico”. Segundo o autor o planejamento estratégico refere-se a etapa do processo de gestão que defini políticas, diretrizes e objetivos estratégicos e tem como produto final o equilíbrio dinâmico das interações da empresa como suas variáveis ambientais.

Ainda segundo Padoveze (2002, p.36) o fato de a empresa obter recursos, processá-los, e devolver produtos e serviços ao ambiente em que está inserido, permite que a primeira análise para o cumprimento dos objetivos do sistema empresa se situe num exame profundo do ambiente em que a empresa se insere.

Guerreiro (1989, p.165) divide o sistema empresa em seis subsistemas: subsistema institucional, subsistema formal, subsistema físico-operacional, subsistema social, subsistema de gestão e subsistema de informação.

O subsistema institucional pode ser considerado uma matriz dos demais subsistemas do sistema empresa. É formado por crenças, valores e expectativas que orientam os demais subsistemas e compreende a definição da missão da empresa. Isto posto, a empresa tem que definir um modelo de administração, com o objetivo de que todos os envolvidos em seu ambiente interno atuem sob as mesmas linhas de pensamento e efeito sinérgico.

Sobre o assunto Guerreiro (1989, p.230) informa:

“o modelo de gestão é caracterizado com um subsistema do sistema institucional, correspondente a um conjunto de princípios a serem observados que assegurem:

- a redução do risco do empreendimento no cumprimento da missão e a garantia de que a empresa estará sempre buscando o melhor em todos os sentidos;
- o estabelecimento de uma estrutura de operação adequada que possibilite o suporte às suas atividades;
- a orientação geral dos esforços através de um estilo e ‘filosofia’ de trabalho que criem atitudes construtivas;
- a adoção de um clima motivador e o engajamento de todos, principalmente dos gestores, em torno dos objetivos da empresa e das suas atividades;
- a aferição se a empresa está cumprindo sua missão ou não, se foi feito o que deveria ter sido em termos de produtos, recursos e esforços, e se, o que não foi, está sendo corrigido ou aperfeiçoado;

- o conhecimento do comportamento das variáveis relativas aos ambientes de planos alternativos de ação e das transações/eventos ocorridos em cada período e de onde e no que ‘as coisas’ não ocorreram satisfatoriamente”.

Já o subsistema formal ou organizacional corresponde à estrutura administrativa da empresa, de autoridades e responsabilidades. Nesse subsistema se identificam as tarefas e atividades agrupadas em setores, departamentos ou divisões, de acordo com os níveis hierárquicos, às definições de amplitude e responsabilidade, ao grau de descentralização das decisões e à delegação de autoridade.

O subsistema físico-operacional refere-se a todos os elementos materiais do sistema empresa, ou seja, compreende as instalações físicas e equipamentos. Conforme Guerreiro (1989, p.170) “o subsistema físico corresponde ao ‘hardware’ do sistema empresa”. Através do subsistema físico-operacional pode-se atingir a maior quantidade de ações para obtenção da eficiência e eficácia empresarial.

O conjunto de elementos humanos na organização, bem como toda a cultura, características e demais aspectos relacionados às pessoas compreende o subsistema social. Isto porque o nível de satisfação das pessoas reflete-se diretamente no desempenho da empresa.

O subsistema de gestão refere-se ao processo que orienta a realização das atividades da empresa a seus propósitos. Este só pode ser especificado após a definição maior do modelo de gestão, pois nele se encontra o processo de gestão e as atividades do ciclo administrativo que inclui o planejamento, execução e controle. Guerreiro (1989, p.173) salienta que “a condição básica para o desenvolvimento adequado do processo de

planejamento, execução e controle das atividades é o conhecimento da realidade, obtido através das informações geradas pelo subsistema de informação”.

O subsistema de informação, por sua vez, representa todo o conjunto de necessidades informacionais para a gestão empresarial. É constituído de atividades de obtenção, processamento e geração de informações necessárias à execução e gestão das atividades da empresa. A informação é a matéria-prima para os gestores. Deve-se buscar um nível ótimo de informações diante de suas necessidades. Normalmente, as atividades de controles é que tendem a exigir grande volume de informações. O subsistema de informação necessita de constante vigilância, sob pena de ser até elemento redutor da eficácia empresarial.

Gil (1992, p.14) explica que “os sistemas de informações compreendem um conjunto de recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros agregados segundo uma seqüência lógica para o processamento dos dados e a correspondente tradução em informações”. Donde se conclui que a ciência contábil traduz-se naturalmente dentro do sistema de informação.

É importante destacar que os sistemas de informações de apoio à gestão são aqueles ligados à vida econômico-financeira da empresa e às necessidades de avaliação de desempenho dos administradores. Padoveze (2002, p.57-58) explica que esses sistemas são utilizados pelas áreas administrativa e financeira da empresa, e pela alta administração da companhia, com o intuito de planejamento e controle financeiro e avaliação de desempenho dos negócios. É composto pelo sistema de informação contábil, o sistema de custos, de orçamento, de planejamento de caixa, planejamento de resultados, centro de lucro etc.

Os sistemas de apoio à gestão são a expressão econômico-financeira dos sistemas de apoio às operações. O sistema de informação contábil - SIC é um sistema de apoio à gestão e têm como base de apoio informacional as informações de processo e quantitativas geradas pelos sistemas operacionais. Ressalta-se, entretanto, que a utilidade das informações evidenciadas por seus relatórios constituem-se em elemento necessário, mas não suficiente aos tomadores de decisões, devendo estes complementá-las com outras fontes de informações disponíveis de tal forma a lhes dar condições suficientes de decidir de forma segura e adequada.

De acordo com Padoveze (2002, p.58) “como refinamento dos sistemas de apoio à gestão, existem sistemas específicos desenhados para um auxílio direto à questão das decisões gerenciais”. São denominados normalmente de sistema de suporte à decisão e sistemas de informações executivas. A partir da base de dados dos sistemas operacionais e dos sistemas de apoio à gestão possibilitam flexibilizar informações não estruturadas para tomada de decisão.

O autor define os sistemas de suporte à decisão como:

“sistemas em extensão dos modelos de contabilidade gerencial para manuseio de problemas de planejamento semi-estruturados e estratégicos, tais como: adicionar ou abandonar linhas de produtos, decisões de fazer ou comprar, decisões de alugar ou abandonar linhas de produtos, decisões de fazer ou comprar, decisões de alugar ou comprar, decisões de canais de distribuições etc.” Padoveze (2002, p.58)

Esses sistemas devem apresentar as seguintes características: ser dinâmicos, flexíveis, possuir interação homem e máquina, suporte à decisão e auxílio nas previsões sobre o futuro. Para o autor, a classificação dos sistemas de informações, identificando os sistemas

de apoio às operações e os sistemas de apoio à gestão, é importante também para diferenciar o fluxo de informações dentro da empresa.

Diante deste contexto, o sistema de informação contábil deve estar integrado com todas as áreas necessárias para o gerenciamento de um único sistema de informação.

3.2 Os Objetivos do Sistema de Informação Contábil

O Sistema de informações Contábeis tem o objetivo de prover os usuários da contabilidade de informações sobre negócios que afetam a empresa, ou seja, a partir de informações monetárias e não monetárias subsidiam as tomadas de decisões, diminuindo a margem de erros na escolha de uma entre as várias alternativas disponíveis aos gestores das empresas em seu processo de tomada de decisões.

De acordo com Riccio (1989, p.57) os autores quando definem o sistema de informações contábeis o reconhecem como fornecedor de informações a todos os usuários que dela necessitam em todos os níveis organizacionais utilizado-o para o processo de tomada de decisões (processo gerencial).

Nesse contexto,

“tanto as grandes quanto às pequenas empresas exigem um processo gerencial para dirigir e coordenar as atividades de trabalho. Se esse processo de dirigir e coordenar forem bem executados, contribuirão para produtividade e lucratividade, qualquer que seja o tamanho dos negócios. À medida que a pequena empresa cresce, sua tarefa gerencial se torna mais complexa, e seus métodos gerenciais devem se tornar mais sofisticados” Longenecker, Moore e Petty (1998, p.419)

A gestão empresarial das micro e pequenas empresas é o foco do próximo item, visto que o sistema de informação contábil é uma ferramenta decisiva para suprir as necessidades gerenciais dessas empresas.

3.3 O processo de Gestão das Micro e Pequenas Empresas

O processo de gestão visa direcionar as ações da empresa para a situação futura desejada. A gestão com eficiência propicia o desenvolvimento das atividades, resultando em melhores resultados. Em virtude das características de uma pequena empresa, estas possuem problemas de gestão específicos.

O processo de gestão, também denominado de processo decisório, caracteriza-se pelo ciclo de planejamento, execução e controle, segundo Mosiman e Fisch (1999 p.114).

Cattelli, Pereira e Vasconcelos (1999, p.130-132) asseveram que “a fase do planejamento poderia ser dividida em planejamento estratégico e planejamento operacional(...)”. Os autores lembram que “a fase do planejamento estratégico tem como premissa fundamental assegurar o cumprimento da missão da empresa”. E acrescentam ainda que “com base nas diretrizes e cenários traçados durante o processo de planejamento estratégico, será elaborado o planejamento operacional, que consiste na identificação, integração e avaliação de alternativas de ação e na escolha de um plano de ação a ser implementado”.

Pode-se se dizer que o planejamento estratégico é a fase de implantação de políticas, diretrizes e objetivos estratégicos, e tem como produto final o equilíbrio dinâmico das interações da empresa com suas variáveis ambientais. Já o planejamento operacional,

define os planos, políticas e objetivos operacionais da empresa e tem como produto final o orçamento operacional.

Após o planejamento segue a etapa do processo de gestão de execução. Esta por sua vez deve estar em coerência com o planejado.

Por último o controle que é um instrumento para verificação e acompanhamento do grau de aderência entre os planos e sua execução. É um sistema híbrido que monitora os desvios ocorridos procurando identificar suas causas e direcionando ações corretivas. Onde se conclui que usando sistemas de controle poder-se-á evitar ações indesejáveis e sinalizar oportunidades para alcançar as metas estabelecidas no planejamento.

Sobre o assunto, diante da realidade das pequenas empresas, Pinheiro (1996, p.7) explica:

“A capacidade gerencial necessária à fluidez operacional das organizações precisa ser considerada como um componente de relevante importância no exame da problemática de sobrevivência e crescimento dessas micro, pequenas e médias organizações empresariais, sem que se despreze a existência de fatores contingenciais a elas pertinentes, que afetam sua existência diuturnamente mas que podem, na maioria dos casos, serem minimizadas e, até mesmo, eliminados através de procedimentos gerenciais adequados.”

Cavalcanti apud Pinheiro (1996, p.12) ressalta a necessidade dessas empresas em buscar a construção de sistemas de informações para a gestão que lhes permitam compreender e atuar no ambiente através de técnicas e procedimentos compatíveis com as suas necessidades, quando afirmaram:

“A fragilidade administrativa e organizacional das MPMEs revela-se com toda a sua inteireza na pequena integração entre aspectos tecnológicos, administrativos, de percepção ambiental, referentes o sistema de informações gerenciais ou à estratégica desenvolvida.

Na verdade as micro e pequenas empresas possuem capacidade limitada de percepção e priorização dos problemas empresariais, parcela que não pode, via de regra, contar com o apoio externo, e não estão acostumadas a planejar e executar ações conjuntas.

As observações realizadas pela pesquisa empírica revelam que o poder de gerenciamento e participação institucional dessas camadas empresariais é muito diluído, fragmentado e, em alguns casos, inexistente.”

Os autores pesquisados sobre o tema discutem sobre a gestão das empresas de pequeno porte, no sentido de que o empreendedor (gestor) é responsável por todas as funções desenvolvidas pela empresa, como por exemplo, gestão de compras, vendas, gestão financeira, etc.

Nesse sentido Pinheiro (1996, p.13-14) expõe:

“Na realidade, o que se observa com muita frequência é que o nível administrativo das micro e pequenas empresas é bastante rudimentar, demonstrando alta fragilidade estrutural.

Em geral, essas empresas não possuem, por exemplo, uma estrutura organizacional, por mais simples que seja, que define claramente os papéis de seus ocupantes e os níveis de responsabilidade correspondentes. Os controles são difusos e quase sempre centralizados – conseqüentemente, as decisões são tomadas pelos dirigentes, sem a Participação de importantes atores que atuam no processo. Falta, ademais, a informação e, o que se pode considerar principal, a percepção da importância de todas estas questões no empreendimento(...)”

Almeida apud Pinheiro (1994, p.5) acrescenta:

“Na pequena empresa, a administração é geralmente feita pelos proprietários ou por seus parentes, que muitas vezes não têm conhecimento aprofundado das técnicas administrativas (...) Vale ressaltar que o conhecimento profundo de técnicas administrativas não é fundamental para as pequenas empresas, dada a simplicidade de fundamento desse tipo de organização. O aprimoramento da qualidade administrativa, porém, poderá ser uma estratégia a ser implementada, objetivando capacitar os quadros da empresa a obter maior eficiência e eficácia na gestão empresarial.”

Outra característica que se identifica no processo de gestão das pequenas empresas refere-se à forma preponderante com que a personalidade e experiência profissional de seus proprietários influenciam a tomada de decisões.

Sobre o assunto, Bártoli Neto apud Kassai (1996, p. 107) explica:

“Na verdade, a PME (...) nasce, vive e desenvolve-se a partir do talento, da sensibilidade e da vontade de realizar de centenas de milhares de empreendimentos, os quais são, ao mesmo tempo, seus inspiradores, implantadores e principal força propulsora (...)

Dessa forma, a PME é criada e operada à imagem e semelhança de seu empreendedor que, freqüentemente, acumula, em especial nas pequenas empresas, as funções técnicas, administrativas, de gestão financeira, de vendas, etc., resultando, desse modo, características, de gestão financeira, de vendas, resultando, desse modo, características diferenciadas e peculiares para cada empreendimento.”

Os problemas de gestão das micro e pequenas empresas são específicos diante da sua estrutura organizacional e perfil dos seus dirigentes (gestores) que normalmente possuem conhecimento técnico da área de atuação, porém são inexperientes no processo gerencial. Por conseguinte, dedicam grande parte de seu tempo a soluções de problemas operacionais, perdendo a visão gerencial do negócio.

3.4 A Importância das Informações Contábeis

A contabilidade acompanha a evolução da raça humana, ou seja, surgiu a partir do momento em que o homem sentiu a necessidade de ter conhecimento sobre a riqueza que ele ia acumulando. Desde o seu surgimento a Contabilidade vem sofrendo modificações, ou melhor, vem se aperfeiçoando para atender aos objetivos propostos e ao grau de desenvolvimento da humanidade. O homem sempre precisou de informação e por esta razão todo esforço da contabilidade, desde sua origem, passando pela criação do arcabouço teórico, até os dias atuais foi a busca para atender às expectativas e necessidade dos usuários da informação.

Neste contexto, a contabilidade adquiriu a característica essencialmente de ciência do controle. É atribuição da contabilidade o processo de acompanhamento e controle que transcorre todas as fases do processo decisório e de gestão e, por conseguinte, as etapas do planejamento.

Padoveze (2002, p.80) sobre o assunto comenta:

“A título de exemplo de como a contabilidade está presente controlando e avaliando dentro do processo de planejamento estratégico, são os subsistemas contábeis de informação das variáveis da conjuntura social, econômica, setorial e de mercado que devem ser acumuladas e tratados de forma sistêmica e que são parte dos subsídios para o processo de gestão da estratégia”.

Dessa forma, a contabilidade coleta dados oriundos das variações patrimoniais através de metodologia própria de registro, mensura esses eventos econômicos, organizando-os para seu sistema de informação, com fins de controle e avaliação.

Partindo-se do objetivo da contabilidade em fornecer informações úteis aos seus usuários, de forma que permita a tomada de decisões, IUDÍCIBUS (2000, p.28) informa que:

“O objetivo principal da contabilidade (e dos relatórios dela emanados) é fornecer informação econômica relevante para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança. Isto exige um conhecimento do modelo decisório do usuário e, de forma mais simples, é preciso perguntar ao mesmo qual a informação que julga relevante ou as metas que deseja maximizar, a fim de delinear o conjunto de informações pertinentes.”

Com isso, pode-se inferir que o conhecimento do processo de decisão dos usuários é determinante para o desenvolvimento da teoria da contabilidade, haja vista que a decisão desses usuários está intrinsecamente ligada aos próprios objetivos da Contabilidade.

Padoveze (2002, p.81) ressalta que as informações oriundas das variações econômicas do patrimônio terminam por convergir, direta ou indiretamente, parcial ou integralmente, para o processo de gestão contábil, em qualquer etapa do processo decisório, desde o planejamento e programação até o controle. A importância da contabilidade refere-se a mensuração econômica da empresa, que é a mensuração final de todo o processo operacional.

Para o autor, toda a parametrização das informações necessárias para os setores, áreas e sistemas operacionais ou de apoio à gestão deve ser feita dentro de modelos que incluam a totalidade das necessidades informacionais contábeis. Donde se conclui que, tanto em nível de sintetização como em nível de detalhamento de informações, nos níveis de identificação, classificação e acumulação, elas devem respeitar as necessidades contábeis, que representa a última instância do processo operacional e de gestão.

De acordo com a teoria da comunicação, a informação é resultado do processamento de dados de forma a ser entendido pelo receptor, ou seja, a transferência de informação é a comunicação. O valor da informação reside no fato de que ela deve reduzir a incerteza na tomada de decisão, ao mesmo tempo em que procura aumentar a qualidade da decisão. A informação passa a ser válida quando sua utilização aumenta a qualidade decisória, diminuindo a incerteza do gestor no ato da decisão.

Ao inserir o processo de comunicação na Contabilidade a partir da abordagem da Teoria da Comunicação, Guagliardi *apud* SOUTO MAIOR (1994) afirmou que:

“Utilizando o conceito de comunicação na Contabilidade, o Sistema de Informação Contábil seria a fonte que possibilita à empresa através de sua administração, ser o emissor. Os usuários seriam os receptores, o canal de comunicação utilizaria como meio as demonstrações contábeis”.

Nestes termos, no processo de estruturação de um sistema de informação, é importante o armazenamento em banco de dados bem estruturado e confiável, processando as informações com segurança, minimizando erros e atendendo às necessidades dos usuários com informações precisas e com agilidade.

Os usuários podem ser divididos, por localização no sistema de informação como internos e externos. Os usuários internos são as pessoas internas à empresa, com acesso direto à informação. Já os usuários externos são aqueles que não possuem acesso direto às informações.

Sobre o assunto, Santos *apud* Oliveira (2001, p.55) afirma que:

“todos os tipos de usuários são importantes, porém nos parece que se apenas um usuário tivesse que ser escolhido para ter acesso às informações contábeis esse seria o usuário interno. Não conseguiríamos conceber que, por exemplo, um empresário possa manter toda a estrutura necessária para a obtenção de informações contábeis, apenas para recolher impostos aos cofres do Estado.”

Marion (2003, p.25) reforça:

“A função básica do contador é produzir informações úteis aos usuários da contabilidade para tomada de decisões. Ressalta-se, entretanto, que, em nosso país, em alguns segmentos da nossa economia, principalmente na pequena empresa, a função do contador foi distorcida (infelizmente), estando voltada exclusivamente para satisfazer às exigências legais.”

Sendo os empresários de pequenas empresas usuários do sistema de informação contábil, no próximo item iremos identificar as informações fornecidas por esse sistema de informação, com enfoque na pequena empresa.

3.5 As Informações Contábeis destinadas às Micro e Pequenas Empresas

Estudos empíricos como as pesquisas de VILELA (2000, p.14) nas empresas de pequeno porte localizadas na cidade de Ribeirão Preto/SP e de FREY & FREY (2000, p.12) nas pequenas empresas estabelecidas no perímetro urbano de Santa Cruz do Sul, apresentados no XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, reforçam o entendimento de que os gestores da maioria das pequenas empresas brasileiras não tem acesso às informações gerenciais fornecidas pela contabilidade.

“A contabilidade gerencial é parte fundamental da administração da empresa. Com a utilização de seus recursos pode-se prever muitos problemas ou antecipar soluções. O fato de aproximadamente 97% das empresas entrevistadas se utilizarem dos escritórios de contabilidade para efetuar os registros contábeis é um dos motivos pelos quais os

pequenos empresários não se interessam pela contabilidade gerencial. Quando foi perguntado sobre esse interesse, apenas 20% dos entrevistados realmente se interessaram em conhecer e aplicar as ferramentas gerenciais na empresa”.

“Considerando os dados apresentados da pesquisa, sugere-se uma discussão em torno do resgate do valor da contabilidade como um sistema de informações para a gestão, junto aos empresários e também com os contabilistas, pois somente 10% dos empresários pesquisados utilizam a contabilidade para a gestão, sendo que os demais 90%, não a utilizam”.

Nesse contexto, todavia, é importante acrescentar HENDRIKSEN, apud IUDÍCIBUS(2000, p.22):

“Embora possa ser possível determinar os modelos decisórios que descrevem como os usuários realmente tomam suas decisões e qual informação desejam, esse procedimento pode não levar aos melhores resultados, porque os usuários estão limitados pela informação contábil disponível no momento ou porque eles podem não estar usando os melhores modelos...”

Na busca de subsidiar os seus usuários, a contabilidade produz informações destinadas ao público externo e ao público interno, de naturezas contábil financeira e gerencial.

PADOVEZE (2002, p.117), explica que “a contabilidade financeira teve origem na Revolução Industrial, em consequência de grandes negócios e da alteração pelos quais passaram a ser financiados”. Daí a necessidade das demonstrações contábeis financeiras para evidenciação aos usuários externos como prestação de contas pelos investimentos efetuados.

Segundo o autor, a contabilidade gerencial, apesar de estar também associada ao surgimento do capitalismo, “surgiu da necessidade do gerenciamento contábil interno em função das novas complexidades dos processos de produção, objetivando informações para

decisões que afetem o futuro”. A contabilidade gerencial será influenciada pelas variadas necessidades da administração a partir do planejamento de operações futuras e no desenvolvimento de estratégias de negócios integradas.

A contabilidade gerencial, de acordo com Iudicibus (1998, p.21) refere-se a um conjunto de técnicas e procedimentos contábeis que envolvem varias áreas da contabilidade financeira, contabilidade de custos, análise financeira e de balanços etc., de forma analítica e diferenciada objetivando auxiliar os gestores das empresas em seu processo decisório.

As informações produzidas pela contabilidade gerencial para que se tornem válidas devem ser adaptadas ao modelo decisório do administrador que por sua vez leva em conta cursos de ações futuras, informes sobre situações passadas ou presentes.

Iudicibus (1998, p.21) destaca que a contabilidade gerencial aproveita conceitos da administração da produção, da estrutura organizacional, da administração financeira, ou seja, não restringe os outros ramos do conhecimento não inclusos na contabilidade. Dessa forma, engloba todo procedimento, técnicas, informação ou relatório contábil elaborado para fins de tomada de decisão diante do modelo decisório do administrador.

O autor ressalva que segregar a contabilidade gerencial da contabilidade financeira não é tarefa de fácil percepção. Isso porque os relatórios contábeis tidos como cúpula do processo contábil financeiro como o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício, por exemplo, apesar de serem preponderantes aos interesses de usuários externos, tais como bancos, investidos e financiadores, também podem ser úteis para

a gerência da empresa desde que sirvam como indicador válido do desempenho da empresa e que possam ser utilizados no modelo provisional da gerência.

Por outro lado, os instrumentos, por exemplo, que estão relacionados a decisão de comprar, substituir ou fabricar um equipamento e ainda de reduzir ou aumentar o volume de produção requerem informações contábeis que não são facilmente encontradas nos registros da contabilidade financeira. A verdade é que a contabilidade de custos e todos os procedimentos contábeis e financeiros ligados ao orçamento empresarial, ao fornecimento de informes contábeis e financeiros para a decisão entre cursos de ação alternativos facilmente são identificados no campo da contabilidade gerencial.

ATKINSON (2000, p.36-7), nos traz as seguintes definições de contabilidade financeira e contabilidade gerencial:

“A Contabilidade Financeira lida com a elaboração e a comunicação de informações econômicas de uma empresa dirigidas a uma clientela externa: acionistas, credores (bancos, debenturistas e fornecedores), entidades reguladoras e autoridades governamentais tributárias. A informação contábil financeira comunica aos agentes externos as conseqüências das decisões e das melhorias dos processos executadas por administradores e funcionários. O processo contábil-financeiro está restrito aos requisitos obrigatórios de elaboração de relatórios por parte das autoridades regulamentadoras externas... Conseqüentemente, a contabilidade financeira tende a ser direcionada por regras, e os estudantes de contabilidade financeira estudam lançamentos no diário e procedimentos que geram os demonstrativos financeiros obrigatórios”.

“A contabilidade gerencial deve fornecer informações econômicas para a clientela interna: operadores, funcionários, gerentes intermediários e executivos seniores. As empresas são muito reservadas na elaboração de seus sistemas de contabilidade gerencial. Os administradores devem usar essa discricão, para desenhar sistemas que forneçam informações que ajudem os funcionários a tomar boas decisões, não apenas sobre seus recursos organizacionais (financeiro,

físicos e humanos), mas também, sobre seus produtos, serviços, processos, fornecedores e clientes. As informações geradas pela contabilidade gerencial podem auxiliar os funcionários a prenderem como fazer o seguinte: a) melhorar a qualidade das operações; b) reduzir os custos operacionais; c) aumentar a adequação das operações às necessidades dos clientes.”

E nos explica ainda que:

“A contabilidade gerencial é o processo de identificar, mensurar, reportar e analisar informações sobre os eventos econômicos das empresas. A informação gerencial contábil é uma das fontes informacionais primárias para a tomada de decisão e controle nas empresas. Sistemas gerenciais contábeis produzem informações que ajudam funcionários, gerentes e executivos a tomar melhores decisões e a aperfeiçoar os processos e desempenhos de suas empresas.”

A contabilidade gerencial pode oferecer às empresas informações sobre sua condição econômica, como as de custos e lucratividade dos produtos, dos serviços e dos clientes, entre outros. Além disso, é capaz de medir o desempenho econômico das unidades de negócios. Por fim, a informação gerencial contábil é, também, um dos meios pelo qual os funcionários e administradores recebem o retorno sobre os seus desempenhos, possibilitando o aprendizado sobre o passado com vistas a melhorar o futuro da empresa.

MOSCOVE, SIMKIN e BAGRANOFF (2002, p.28) destacam duas componentes relevantes que integram o sistema contábil gerencial de uma empresa: a contabilidade de custos e o orçamento empresarial.

Os autores explicam que a contabilidade de custos é utilizada pela contabilidade gerencial para as funções de planejamento, controle e toma de decisões, visto que auxiliam nas funções associadas com as atividades organizacionais de aquisição, processamento, distribuição e vendas. Desta forma, a contabilidade de custos gerenciais associada a

tecnologia da informação permitem que os contadores localizem os custos mais cuidadosamente e também que atribuam custos específicos a atividades específicas.

Utilizando a contabilidade de custos para tomada de decisão o gestor poderá responder a questionamentos, tais como: quais produtos vender, quais métodos de produção integrar, fabricar peças ou comprá-las prontas, qual preço cobrar, quais canais de distribuição utilizar e assim por diante.

A função orçamentária é outra importante ferramenta da contabilidade gerencial. MOSCOVE, SIMKIN e BAGRANOFF (2002, p.31) explicam que "como os orçamentos indicam as expectativas financeiras em relação ao futuro, a administração de uma empresa está preocupada com as causas das variações entre os resultados reais e os orçados durante o ano orçamentário". Desta forma a gestão empresarial, através dos relatórios de desempenho, podem comparar os resultados operacionais orçados com os preestabelecidos e assim, tomar decisões quanto às variações orçamentárias existentes.

Sobre o assunto Anthony (1976, p. 293) corrobora:

“Todas as administrações fazem planos. Não se pode conceber uma organização de qualquer tipo cujos líderes não pensem sobre quais deveriam ser os objetivos da organização e sobre o melhor modo de atingi-los. Um grupo de pessoas que não operam de acordo com alguma espécie de plano é meramente uma multidão incoerente, sem orientação, e não uma organização”.

Sanvicente e Santos (2000, p.23) consideram inúmeras as vantagens do orçamento. Entre as mais relevantes destacam-se: a) a existência e a utilização do sistema para que sejam concretamente fixados objetivos e políticas para a empresa e suas unidades; b) obriga os gestores a quantificarem e datarem as atividades pelas quais serão responsáveis; c)

reduz o envolvimento dos gestores com as operações diárias, por meio de delegação de poderes e de autoridade; d) identificam os pontos de eficiência ou ineficiência no desempenho das unidades da empresa e permite acompanhar em que termos está havendo progresso para a consecução dos objetivos gerais e parciais da empresa; e) a elaboração de um orçamento tende a melhorar a utilização dos recursos a ela disponíveis, bem como ajustá-los às atividades consideradas prioritárias, para que sejam alcançados seus objetivos.

Dessa forma pode-se concluir que uma das vantagens do orçamento está na obrigatoriedade dos administradores pensarem no futuro, terem uma visão a longo prazo, procurando relacionar também os fatores internos e externos que influenciam as decisões das empresas.

APPLEGATE (1992) apud KASSAI, faz os seguintes comentários:

“Os contadores não existem apenas para fazer sua declaração de imposto de renda. Eles cuidam de todos os impostos e dão assistência administrativa geral. Também elaboram relatórios financeiros, revisam contratos de empréstimos e **criam um sistema de contabilidade para sua firma...**” (Grifo nosso)

Diante do exposto acima, pode-se concluir que embora a informação gerencial contábil não possa garantir o sucesso das atividades organizacionais, todavia a falta ou não uso dessas informações poderá resultar em uma das dificuldades para a sobrevivência das micro e pequenas empresas no atual mercado em que atuam.

O processo de gestão necessariamente requer informações. Isso só é possível através de sistemas de informações que apoiem a decisão dos gestores em todas as fases de

seu processo decisório. Do ponto de vista sistêmico, a contabilidade pode ser entendida como um subsistema dentro do sistema empresa.

De acordo com OLIVEIRA, MULLER e NAKAMURA (2001, p.4):

“Do ponto de vista sistêmico, a contabilidade está integrada com o meio ambiente. O ambiente se inter-relaciona com a contabilidade como um sistema aberto, ou seja, um sistema que não depende somente das informações internas, mas da ligação e filtragem de informações externas à organização”.

Por sua vez, MOSCOVE, SIMKIN e BAGRANOFF (2002, p.23) definem o sistema de informações contábeis como “um subsistema de informação dentro de uma organização que acumula informações de vários subsistemas da entidade e comunica-as ao subsistema de processamento de informações.”

IUDÍCIBUS (1998, p.7) acrescenta:

“A contabilidade tem se destacado ao longo dos séculos, por ser o principal sistema de informação das entidades. Onde termina o Sistema de Informação estritamente Contábil - SIC e onde se inicia o Sistema de Informação Empresarial - SIE tem sido sempre uma questão de contornos indefinidos e nebulosos. Se tornarmos uma empresa de pequeno ou médio porte, o SIC confunde-se com o SIE.”

KUBR (1986) apud KASSAI (1996, p. 165-166) apresenta as principais dificuldades enfrentadas pelas pequenas empresas:

- “Enquanto empresas grandes e bem-organizadas podem contar com gerentes bem formados e especialistas, o gestor de pequenas empresas é um indivíduo relativamente isolado com problemas políticos e operacionais apesar de seus vieses e limitações pessoais.
- Os gestores de pequenas empresas freqüentemente administram com informações inadequadas ou, na melhor hipótese, mínimas. Para evitar custos operacionais eles dispensam o desenvolvimento de sistemas de

informação, uma fraqueza que se torna clara quando a empresa atinge o estágio de expansão.

- Como as pequenas empresas usualmente podem para salários mínimos, oferecem poucos benefícios, um nível baixo de segurança no trabalho e poucas oportunidades de promoção, é razoável esperar dificuldades no recrutamento de empregados de alto calibre.

- Os investidores não são atraídos pelas novas empresas e o empreendedor se vê severamente limitado em sua habilidade de levantar o capital inicial. Esse problema aumenta quando, e esse é um caso freqüente, a empresa enfrenta problemas de crescimento, ou dificuldades operacionais, e o empreendedor tenta levantar recursos adicionais de forma a superar a expansão ou as situações de crise.

- O problema de reservas limitadas, juntamente com a baixa capacidade de obter empréstimos, tornam as pequenas empresas particularmente vulneráveis a crises econômicas e recessões.

- Apesar da habilidade de mudar e adaptar-se rapidamente ser uma força natural das pequenas empresas, essa qualidade pode ser anulada quando uma oportunidade que requer rápidas mudanças aparece repentinamente. O empreendedor pode estar muito ocupado com problemas operacionais cotidianos para ser capaz de pensar claramente sobre o futuro dos negócios.

- A existência financeira precária da empresa não encoraja o aproveitamento de oportunidade de treinamentos e desenvolvimento de pessoal, com a conseqüente perda na realização completa do potencial dos recursos humanos na empresa.

- Alta produtividade é difícil de atingir uma vez que as pequenas empresas não desfrutam dos baixos custos das grandes empresas que podem, por exemplo, comprar com descontos, obter economias de escala, apoiar-se de equipes próprias de pesquisa e desenvolvimento e de desempenho de sistemas.

- As pequenas empresas estão usualmente limitadas a produtos ou serviços únicos ou pouco numerosos de forma que em situações de crise não podem diversificar suas atividades com empresas de larga escala.

- As empresas têm uma estrutura relativamente frágil com recursos limitados para superar seus problemas. Mesmo os menores problemas podem ser a causa do desaparecimento da empresa. Em um país foi estimado que a taxa de falência entre os dois primeiros anos de operação era superior a 50% entre as pequenas empresas”

Sobre o assunto KASSAI (1996, p. 20) afirma que o contador desempenha um papel importante no auxílio a gestão das micro e pequenas empresas, visto que este deve ser responsável pela “estruturação de um sistema de informação de apoio à decisão de forma a auxiliar a empresa na busca de melhor utilização de recursos, ou seja, o alcance da eficácia empresarial”.

É a partir da abordagem sistêmica, que a contabilidade está inserida na presente pesquisa como instrumento de gestão capaz de identificar, mensurar e comunicar informações para o processo de tomada de decisão dos empresários das micro e pequenas empresas.

4. METODOLOGIA DE PESQUISA

4.1 Método e Tipologia de Pesquisa

De acordo com Demo (1995, p.11) a metodologia é:

“(...) o estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência. É uma disciplina instrumental a serviço da pesquisa. Ao mesmo tempo em que visa conhecer caminhos do processo científico, também problematiza criticamente, no sentido de indagar os limites da ciência, seja com referência a capacidade de conhecer, seja com referência à capacidade de intervir na realidade.”

Nesse contexto, Viegas (1999, p.124-130) classifica os métodos de pesquisa em três tipos: o método dedutivo, o método indutivo e o método hipotético-dedutivo. O raciocínio dedutivo é aquele que procede do geral para o particular. O método indutivo segue o caminho inverso, ou seja, parte da experiência de casos particulares para inferir que podem ser estendidos aos demais casos de mesma natureza. Já o método hipotético-dedutivo refere-se à necessidade de afirmação científica através da confirmação de hipóteses já formuladas.

Baseado no exposto acima, a presente estudo foi orientado de acordo com o método de pesquisa classificado como dedutivo, já que pretendemos entender aspectos particulares de organizações pertencentes a um universo, estudando uma amostra extraída deste.

Definido o método de pesquisa, é preciso estabelecer as técnicas de levantamentos de dados, escolhidas e adotadas em função da natureza da teoria a ser verificada e dos dados a serem obtidos.

Esta é uma pesquisa empírica, classificada como exploratória e descritiva, que de forma combinada levaram a uma análise quantitativa e perceptiva da utilização de informações contábeis no processo de tomada de decisão dos gestores das micro e pequenas empresas do setor de construção civil localizadas na Região Metropolitana do Recife.

Segundo Dencker & Via (2001, p.57), este tipo de pesquisa visa:

“(…) delinear ou analisar fenômenos, avaliar programas ou isolar variáveis-chaves. Descrevem as situações utilizando critérios quantitativos que estabelecem proporções e correlações entre as variáveis observadas, procurando elementos que permitam a comprovação das hipóteses. Utilizam como técnica de coleta de dados entrevistas pessoais, formulários e procedimentos de amostragem.”

Desta forma, inicialmente, foi realizada uma revisão da literatura, buscando informações em documentação indireta, tais como livros, teses, dissertações, revistas, *sites* da Internet, e nos sistemas de busca disponíveis na UFPE (PROQUEST, Periódicos da CAPES, WEB of Science e similares) sobre assuntos que abordam o tema relacionado com os objetivos da pesquisa. De acordo com MARTINS (1994, p.28), o método de pesquisa bibliográfico “trata-se de estudo para conhecer as contribuições científicas sobre determinado assunto. Tem como objetivo recolher, selecionar, analisar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre determinado assunto.”

Depois de conhecida a contribuição científica sobre o tema em pauta, foi realizada uma pesquisa de campo. Segundo Levine (2000, p.9), a pesquisa representa um dos métodos para obtenção de dados, onde nenhum controle é exercido sobre o comportamento da população que está sendo pesquisada. Sobre o assunto Martins (1994, p.26) acrescenta:

“(...) os métodos de pesquisas empíricas privilegiam estudos práticos. Suas propostas têm caráter técnico, restaurador e incrementalista. Têm preocupação com a relação causal entre as variáveis. A validação das prova científica é buscada através de testes dos instrumentos, graus de significância e sistematização das definições operacionais.”

Entre os instrumentos para coleta de dados existentes para obter informações foi escolhido o formulário. De acordo com Selltiz apud Marconi (2002, p.112) formulário “ é o nome geral usado para designar uma coleção de questões que são perguntadas e anotadas por um entrevistador numa situação face a face com outra pessoa”. A escolha deste instrumento teve o intuito de diminuir a possibilidade de os entrevistados não responderem ao formulário ou de deixarem perguntas em branco. Acrescenta-se ainda o fato do pesquisador poder explicar e discutir os objetivos da pesquisa, inclusive respondendo dúvidas que eventualmente os entrevistados tiveram em certas perguntas.

Através do formulário, os gestores das empresas selecionadas foram indagados sobre a utilização do sistema de informações contábeis no processo de tomada de decisões. Suas respostas foram editadas, codificadas e tabuladas para análise.

O formulário foi elaborado com questões abertas e fechadas. As perguntas fechadas de acordo com Richardson (1993, p.191-193) “são aqueles instrumentos em que as perguntas ou afirmações apresentam categorias ou alternativas de respostas fixas, preestabelecidas”. Em contrapartida, as perguntas abertas segundo o autor “caracterizam-se por perguntas ou afirmações que levam a respostas com frases ou orações”.

É importante destacar que, embora a aplicação dos métodos quantitativos tenha sido feita basicamente na etapa de análise dos dados, a metodologia estatística foi aplicada em todas as etapas da pesquisa, interagindo com a metodologia da área de estudo.

4.2 O Universo e a Amostra da Pesquisa

A população eleita como objeto de estudo são as micro e pequenas empresas do setor de construção civil instaladas na Região Metropolitana do Recife. Para o estudo da utilização de informações contábeis para o processo de gestão de micro e pequenas empresas na Região Metropolitana do Recife, é necessário definir os critérios de classificação das micro e pequenas empresas no Brasil.

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 146, 170 e 179 contém os marcos legais que fundamentam as medidas e ações de apoio às micro e pequenas empresas – MPE no Brasil. O artigo 170, por exemplo, insere estas empresas nos princípios gerais da ordem econômica, garantindo tratamento favorecido. Já o artigo 179 orienta as administrações públicas a dispensar o tratamento jurídico diferenciado ao segmento, visando a incentivá-las pela simplificação ou redução das obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, por meio de leis. O artigo 146, por sua vez contém dois novos dispositivos, aprovados pela Reforma Tributária de 2003, prevendo que uma lei de hierarquia superior, a lei complementar, definirá tratamento diferenciado e favorecido para as micro e pequenas empresas, incluindo um regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados e dos Municípios.

Os artigos acima constituem as principais referências para adoção de medidas de apoio às MPE, por meio de legislação infra-constitucional, como leis, decretos e outros instrumentos legais. Foi dessa forma que o apoio às pequenas empresas se materializou. O intuito do legislador foi auxiliar a criação, legalização e desenvolvimento das MPE através de

medidas que vão desde a simplificação de procedimentos burocráticos de registro, controle e fiscalização até a isenção de uma série de tributos.

Em termos evolutivos, a primeira medida legal no Brasil estabelecendo tratamento especial às empresas de pequeno porte foi definida em 1984, com a instituição, pela lei nº 7.256, do Estatuto da Microempresa, contemplando apoio ao segmento nas áreas: administrativa, tributária, previdenciária e trabalhista.

Em segundo Estatuto aprovado em 1994, com a lei nº 8.864, foi previsto o tratamento favorecido nos campos trabalhista, previdenciário, fiscal, creditício e de desenvolvimento empresarial. Tal como o Estatuto anterior, a aprovação dessa lei não resultou em desdobramentos em termos de regulamentação de todos os benefícios na lei.

Em 1996 ocorreu a implementação de medida no campo tributário, com a aprovação da Lei nº 9.317, com a ampliação do sistema de pagamento de impostos e contribuições – SIMPLES, incluindo as pequenas empresas como beneficiárias da tributação simplificada e ampliou a relação dos impostos e contribuições incluindo benefícios da arrecadação única.

Em 1999 foi aprovado novo estatuto da microempresa e da empresa de pequeno porte, pela lei nº 9.841/99, com fundamento nos artigos 170 e 179, regulamentada pelo Decreto nº 3.474/00. Esta lei estabeleceu diretrizes para a concessão de tratamento diferenciado aos pequenos negócios administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento.

A adoção de critérios para definição de tamanho de empresa constitui importante fator de apoio às micro e pequenas empresas, permitindo que as firmas classificadas dentro dos limites estabelecidos possam usufruir os benefícios e incentivos previstos nas legislações que dispõem sobre o tratamento diferenciado ao segmento, e que buscam alcançar objetivos prioritários de política, como o aumento das exportações, a geração de emprego e renda, a diminuição da informalidade dos pequenos negócios, entre outras.

Porém, especificar qualquer padrão de tamanho para definir pequenas empresas é algo necessariamente arbitrário porque as pessoas adotaram padrões diferentes para propósitos diferentes. Além disso, uma empresa pode ser descrita como ‘pequena’ quando comparada com empresas maiores, mas ‘grande’ quando comparadas com menores. As pessoas, por exemplo, poderiam classificar postos de gasolinas, restaurantes locais e lojas de varejo independentes como pequenas empresas. Ou mesmo, a maioria concordaria que os principais fabricantes de automóveis são grandes empresas. E as empresas entre esses tamanhos seriam classificadas como grandes ou pequenas com base no ponto de vista individual. Enfim, os critérios utilizados para medir o tamanho dos negócios variam.

De acordo com Perecin (1984, p.5-6), os critérios utilizados para classificação e conceituação de empresas de pequeno porte podem ser:

- Critérios quantitativos (número de empregados, valor do faturamento, valor do ativo fixo no item imobilizado líquido);

- Critérios quantitativos combinados (número de empregados e valor do faturamento, número de empregados e valor do ativo imobilizado líquido, valor do ativo imobilizado líquido e valor do faturamento);
- Critérios qualitativos (incipiente especializado em termos de organização e administração, dificuldades de acesso ao mercado de capitais, dificuldades de obtenção de crédito, relacionamento pessoal do empresário ou administrador com seus empregados, relacionamento pessoal do empresário ou administrador com seus clientes, participação e domínio dos respectivos mercados, independência de grupos de empresa)
- Critérios qualitativos combinados (ausência de organização com estrutura financeira inadequada, incipiente administrativo com dificuldades de obtenção de créditos e/ou acesso ao mercado de capitais).

No entanto, o estatuto de 1999 adotou como critério para conceituar micro e pequena empresa a receita bruta anual, cujos valores foram atualizados pelo Decreto nº 5.028/2004, de 31 de março de 2004. Considera-se microempresa àquela cuja receita bruta anual seja igual ou inferior a quatrocentos e trinta e três mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e quatorze centavos. E empresa de pequeno porte àquela cuja receita bruta anual for superior a anterior e inferior a dois milhões, cento e trinta e três mil, duzentos e vinte e dois reais.

Atualmente, o critério utilizado acima vem sendo adotado em diversos programas de crédito do governo federal em apoio às MPE. Porém esses limites de valor utilizados constantes do Estatuto não são uniformes como regimes de tributação dos Estados.

Além do critério adotado no Estatuto, o Sebrae e o IBGE utilizam o conceito de pessoas ocupadas nas empresas, principalmente nos estudos e levantamentos sobre a presença da micro e pequena empresa na economia brasileira, conforme os seguintes números:

Quadro 5 – Classificação de Micro e Pequena Empresa

ENTIDADE	CRITÉRIO UTILIZADO
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Número de Pessoas Ocupadas Micro – até 19 pessoas Pequena – de 20 a 99 pessoas

Nesta pesquisa, optou-se por adotar o número de empregados em conformidade com a classificação adotada pelo SEBRAE e IBGE.

Na pesquisa foi utilizado o método de amostragem não probabilístico por quotas, também chamado de amostragem por julgamento, ou amostra conveniente. A amostra por julgamento é feita de acordo com o julgamento do pesquisador que escolhe participantes da amostra que correspondem a certos aspectos da população.

A amostra foi limitada às empresas de construção civil estabelecidas no Estado de Pernambuco, particularmente no Grande Recife, onde está concentrada a maioria das empresas de construções de edificações, visto que, de acordo com dados da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco – FIEPE Juntos, detêm mais de 80% do volume da oferta de imóveis novos disponíveis a venda no mercado recifense.

Para estabelecer a amostra populacional, foram utilizados como processo de seleção as seguintes exigências prévias:

- Ser pequena ou média empresa de acordo com o critério de classificação do porte estabelecido pelo SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, a saber: Microempresa - na indústria até 19 empregados e Pequena Empresa - na indústria de 20 a 99 empregados.

- Atuar principalmente no setor de Edificações.

O presente estudo estabelecerá dois cortes na abordagem da pesquisa, de forma a bem caracterizar a abrangência desta dissertação:

Espacial: na impossibilidade de realizar um estudo envolvendo todos os Estados brasileiros, principalmente por restrições orçamentárias, a pesquisa limitou-se a Região Metropolitana do Recife/PE.

Temporal: a pesquisa foi realizada entre os meses de setembro de 2004 a janeiro de 2005.

Durante a execução, diante do universo constatado de 142 (cento e quarenta e duas) empresas, primeiramente foram selecionados 43 (quarenta e três). Porém, levando-se em consideração os problemas/dificuldades que ocorreram, como por exemplo, indisponibilidade de tempo do gestor das empresas selecionadas, ou até mesmo recusa em responder ao formulário, foram selecionadas mais 22 (vinte e duas) empresas, correspondendo

a um aumento de 50% à amostra inicial. No entanto, ao final da pesquisa foram preenchidos 32 (trinta e dois) formulários, conforme relação de empresas em anexo.

Deve-se destacar que, por tratar-se de um estudo exploratório e uma amostra por conveniência, não se pretendeu, com este trabalho, generalizar a sua aplicação a todas as empresas de pequeno porte do segmento da construção civil, mas sinalizar para as suas práticas gerenciais no tocante a informação gerada pela Contabilidade.

Outra restrição refere-se aos tipos de informações oriundas da contabilidade. As empresas pesquisadas situam-se na Região Metropolitana do Recife que possivelmente poderão apresentar informações diferenciadas caso a mesma pesquisa fosse efetuada em outras regiões do país.

Porém, acredita-se que as limitações apresentadas não invalidam o estudo que objetiva, basicamente, oferecer novas informações (subsídios) para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas do setor da construção civil.

4.3 Tratamento Estatístico

Após a coleta dos dados, foi realizada uma análise com o auxílio de técnicas estatísticas descritivas, agrupando-se as pequenas empresas de acordo com a similaridade de suas atividades. “Estatística descritiva pode ser definida como os métodos que envolvem a coleta, a apresentação e caracterização de um conjunto de dados de modo a descrever apropriadamente as várias características deste conjunto.” Levine (2000, p.5).

Em seguida, foi realizado o tratamento desses dados, também através do auxílio das técnicas de estatística, onde foram identificadas as frequências das respostas para cada item estudado em conformidade com os objetivos estabelecidos na presente pesquisa e construção de gráficos para melhor visualização do leitor. Para este procedimento, foi utilizado o programa Microsoft Excel 2002.

No segundo momento, as análises foram realizadas através das questões apontadas no primeiro capítulo, utilizando o teste Qui-quadrado de Pearson para interdependência e o teste exato de Fisher (não-paramétrico), ao nível de significância de 5% com o auxílio do programa SPSS for Windows, versão 11.0. O SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) que é um sistema de análises estatísticas e manuseio de dados que possibilitaram o cruzamento dos dados, permitindo a análises mais detalhadas.

De acordo com o Siegel (1975, p.127), quando o número total de dados é pequeno deve-se executar o Teste Exato de Fisher, o que permitirá calcular a probabilidade de associação das características que estão em análise.

Esta é uma técnica não-paramétrica bastante utilizada por pesquisadores para analisar dados discretos (nominais ou ordinais), quando o tamanho de duas amostras é pequeno.

5. ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Neste capítulo são apresentados os resultados da pesquisa. Com a avaliação dos 32 (trinta e dois) formulários preenchidos procedeu-se a tabulação das respostas obtidas. Assim, os dados coletados foram processados, sumarizados e analisados com o intuito de obter resposta ao problema de pesquisa. A primeira parte contém a análise descritiva dos resultados e a segunda a análise das questões de pesquisa definidas no capítulo de introdução.

5.1 Análise Descritiva

No primeiro momento são apresentados os dados obtidos na aplicação do formulário de pesquisa, através da análise descritiva. Para iniciar as questões, foi solicitado aos entrevistados à identificação das empresas. Todos os respondentes atuam na indústria da construção civil, principalmente no subsetor de edificações (construção de edifícios), localizadas na região metropolitana do Recife, filiadas a FIEPE - Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco.

Tabela 01 – Área de Atuação		
Área de Atuação	Frequência	%
Projetos e/ou consultoria	8,0	17,4%
Construção de Edifícios/Edificações	32,0	69,6%
Obras Viárias	4,0	8,7%
Outras Obras	2,0	4,3%
Total	46,0	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa

Esse percentual de empresas que atuam principalmente no subsetor de edificações corresponde à intenção do pesquisador em trabalhar exclusivamente com este segmento, que de acordo com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção apresentam predomínio de

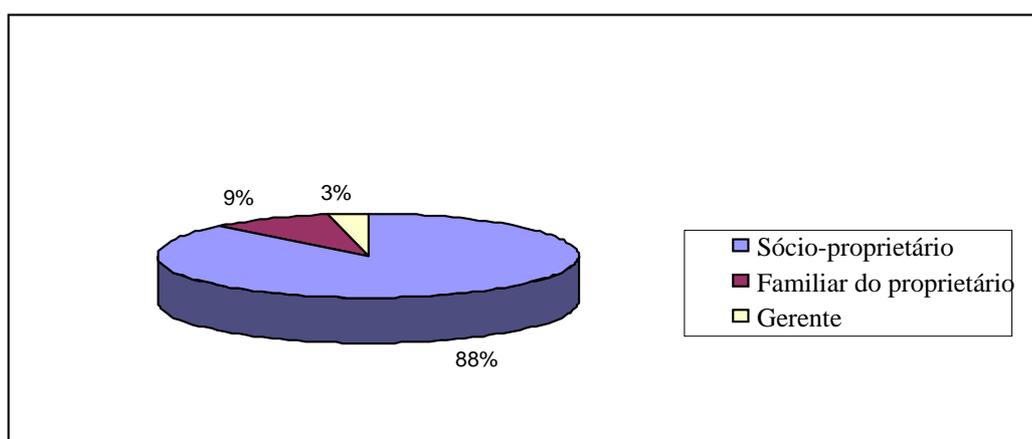
pequenas empresas, assim como se concentra o maior número de empreendimentos da indústria da construção. É importante observar que a questão admitiu respostas múltiplas, destacando-se a área de atuação principal.

No segundo momento buscou-se identificar o perfil do gestor dessas empresas.

Quem gerencia a empresa?

- () Sócio-proprietário
- () Familiar do proprietário
- () Gerente

Gráfico 02 – Quem gerencia a empresa?



Fonte: Dados da Pesquisa

Em virtude do porte das empresas e da intenção do pesquisador em trabalhar exclusivamente com os gestores das mesmas (tomadores de decisões), a maioria dos respondentes é formada por sócio-proprietário (87,5%). Em seguida estão os familiares do proprietário (9,4%) e por último os gerentes administrativos (3,1%).

Foi possível observar ainda que grande parte das empresas do segmento caracteriza-se por ser uma empresa familiar, ou seja, de gestão familiar. Em alguns casos, por exemplo, existe a atuação dos filhos como gestores do negócio.

Albi (1994, p.18) sobre o assunto, afirma que “em uma empresa familiar os proprietários do capital e os acionistas são as mesmas pessoas”. A função do proprietário consiste em estabelecer os objetivos básicos que a empresa tem que alcançar, assumindo o risco pelo patrimônio da empresa, ao mesmo tempo em que terá que projetar as linhas de ações a curto e longo prazo, assim como consecução dos objetivos prefixados. Para o autor, nessas empresas os interesses da família influem de maneira decisiva na tomada de decisões e na forma de dirigir a empresa.

Essas empresas possuem um modelo de estrutura organizacional simples onde a supervisão se dá de forma direta e os seus sócios-diretores são parte fundamental da organização. Possuem uma gestão centralizadora, por não possuir unidades de assessoria e caracterizam-se por poucos níveis hierárquicos.

Outro dado levantado sobre o perfil do gestor diz respeito a sua formação. Primeiramente foi questionado sobre a sua escolaridade.

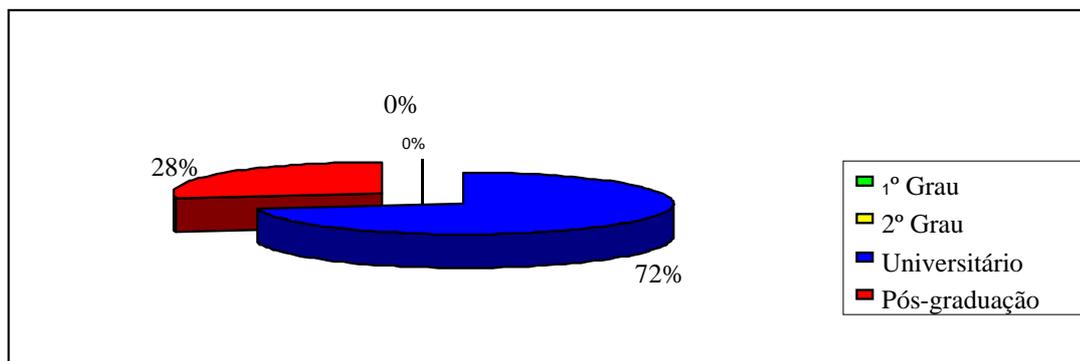
Qual a sua escolaridade?

Primeiro Grau

Segundo Grau

Universitário

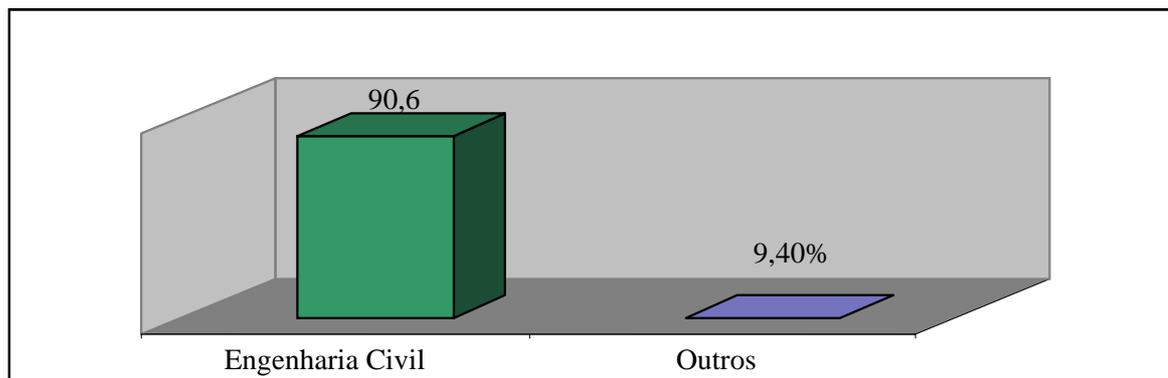
Pós-graduado

Gráfico 03 – Grau de escolaridade dos Gestores

Fonte: Dados da Pesquisa

Todos eles possuem formação universitária, porém apenas 28% detém a titulação de especialização. Daqueles que possuem especialização, 56% realizaram pós-graduação na área de gestão de negócios.

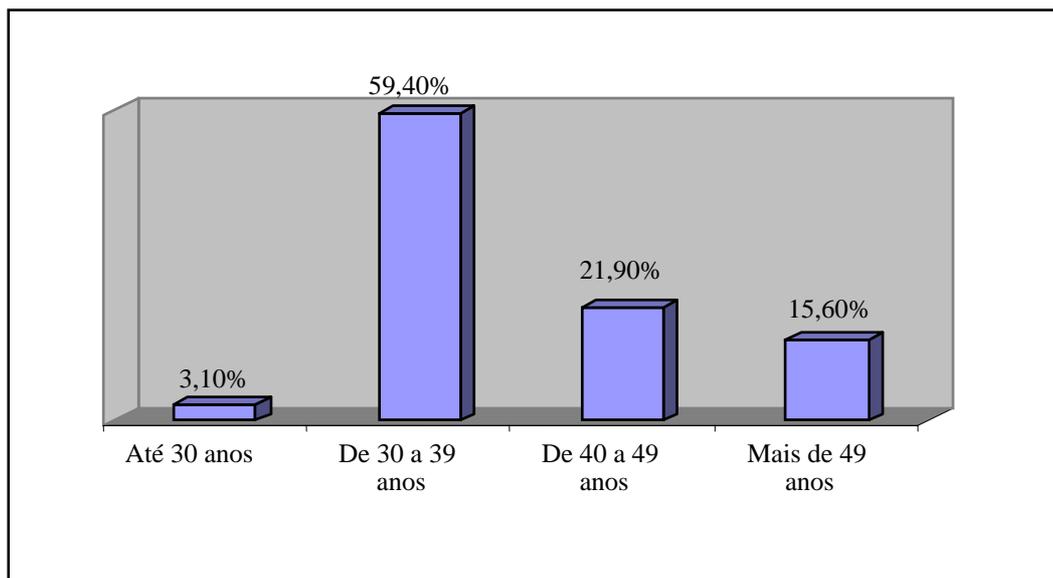
Com relação a área de formação, a grande maioria (90,6%) possui exclusivamente formação técnica na atividade, ou seja, são engenheiros civis. Isto significa que a maior parte dos gestores das micro e pequenas empresas de construção civil da região metropolitana do Recife condicionam suas decisões com base em conhecimentos técnicos da atividade.

Gráfico 04 – Área de Formação

Fonte: Dados da Pesquisa

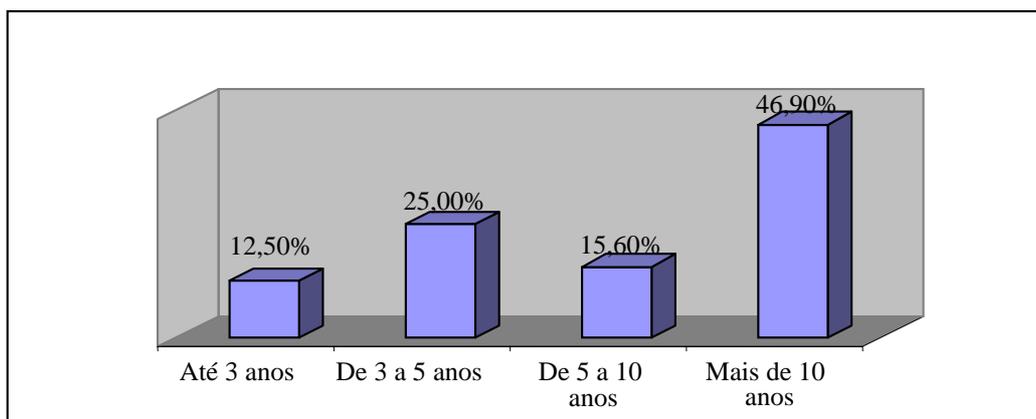
O gráfico 05 representa a faixa etária dos gestores pesquisados. Como se pode observar, em relação a faixa etária dos empresários, a maioria (59,4%) possui entre 30 e 39 anos, porém outro grupo (21,9%) na faixa etária de 40 a 49 anos. Devido a idade que possuem e ao tempo de experiência no segmento, costumam ter bons conhecimentos sobre o mercado.

Gráfico 05 – Faixa Etária dos Gestores



Fonte: Dados da Pesquisa

A partir das observações da pesquisa foi possível identificar que a maioria dos entrevistados (46,9%) está em atividade como gestor no mercado há mais de 10 anos. Dos demais que participaram da pesquisa, 25,0% atuam entre três e cinco anos, 15,6% atuam entre cinco e dez anos e quatro atuam com até 3 anos de experiência. Isso se deve ao fato de uma quantidade expressiva das empresas do segmento estarem em atividade há mais de 20 anos, conforme dados das pesquisas realizadas por Mercês (2002, p.76) e Cavalcanti (2004, p.9).

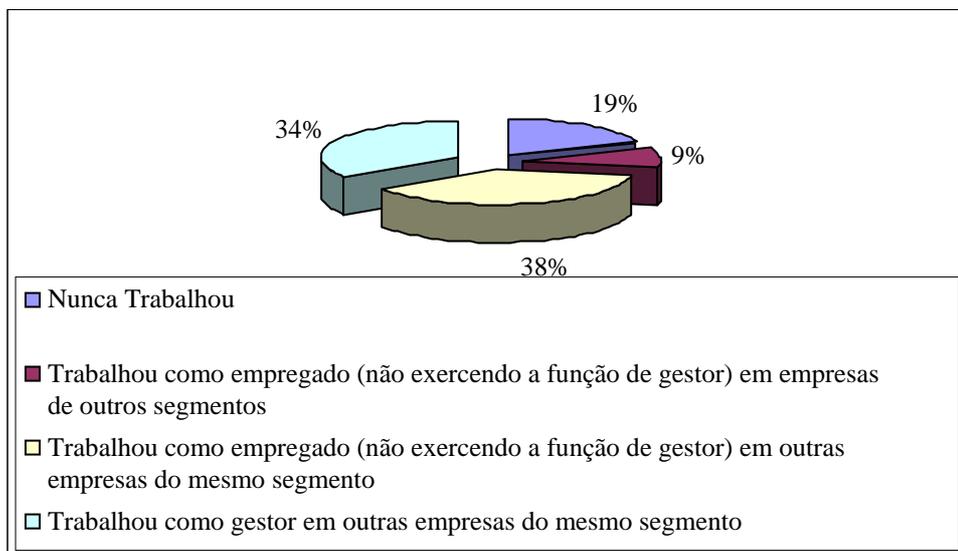
Gráfico 06 – Tempo de Atuação com Gestor

Fonte: Dados da Pesquisa

Por fim, sobre o perfil dos respondentes, foi questionado sobre a experiência profissional do gestor, com a seguinte pergunta:

Qual a sua experiência profissional anterior?

- Nunca trabalhou
- Trabalhou como empregado (não exercendo a função de gestor) em empresas de outros segmentos
- Trabalhou como empregado (não exercendo a função de gestor) em outras empresas do mesmo segmento
- Trabalhou como gestor em outras empresas do mesmo segmento

Gráfico 07 – Experiência Profissional dos Gestores

Fonte: Dados da Pesquisa

Conforme o gráfico acima, 38% responderam que já trabalharam como engenheiro, porém não atuavam como gestor. Com representação também expressiva 34% dos respondentes já atuaram como gestor em outras empresas do mesmo segmento. Existem ainda aqueles que não tinham trabalhado anteriormente 19%, pois já começaram a trabalhar na gestão da empresa dos familiares e apenas 9% trabalhavam com empregado em empresas de outros segmentos e resolveram investir no setor da construção civil.

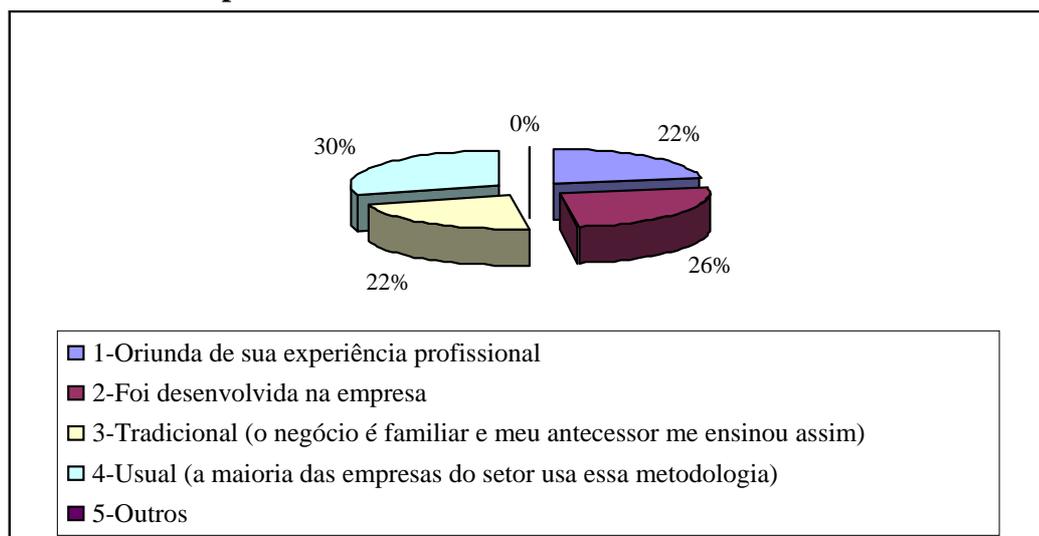
No terceiro momento, os questionamentos referiram-se as informações sobre o processo decisório dos gestores. A primeira pergunta teve por objetivo identificar qual era a origem do método utilizado para tomada de decisões. Ressalva-se que, a questão admitia respostas múltiplas.

O método usado para tomada de decisões é:

() Oriundo de sua experiência profissional

- () Foi desenvolvida na empresa
- () Tradicional (o negócio é familiar e meu antecessor me ensinou assim)
- () Usual (a maioria das empresas do setor utiliza a mesma metodologia)
- () Outros

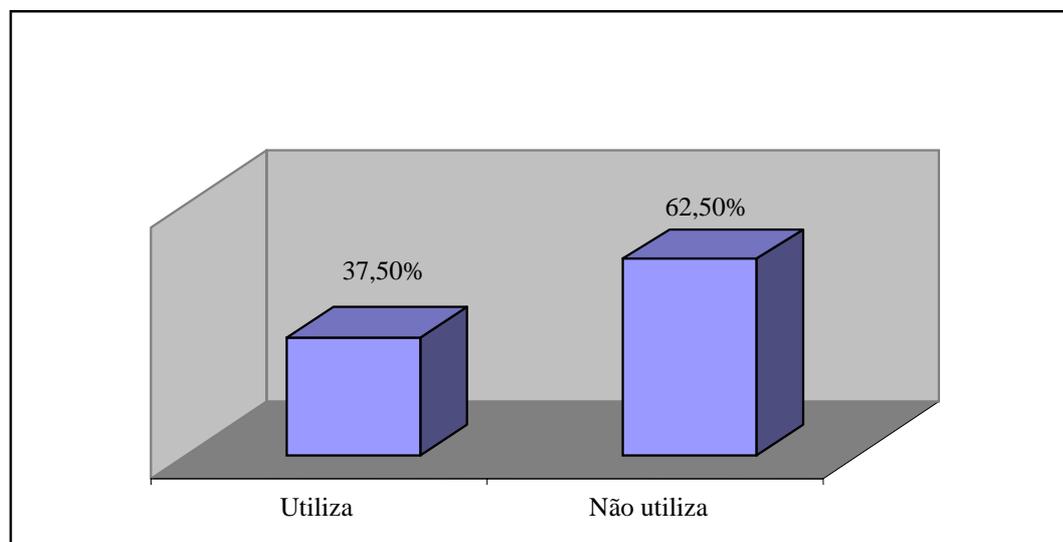
Gráfico 08 – Método para Tomada de Decisões



Fonte: Dados da Pesquisa

Os dados apresentaram uma homogeneidade nas respostas, porém a maioria (29,7%) respondeu que as decisões neste setor são usuais, ou seja, as empresas de construção civil normalmente usam a mesma metodologia para tomar decisões. Em seguida (25,0%) apontaram a experiência profissional e a influência ou tradição familiar como direcionadores para as tomadas de decisões. Deve-se destacar que, buscava-se com a alternativa em aberto que surgissem respostas com treinamento ou cursos na área de gestão, porém não houve indicativos dessa alternativa.

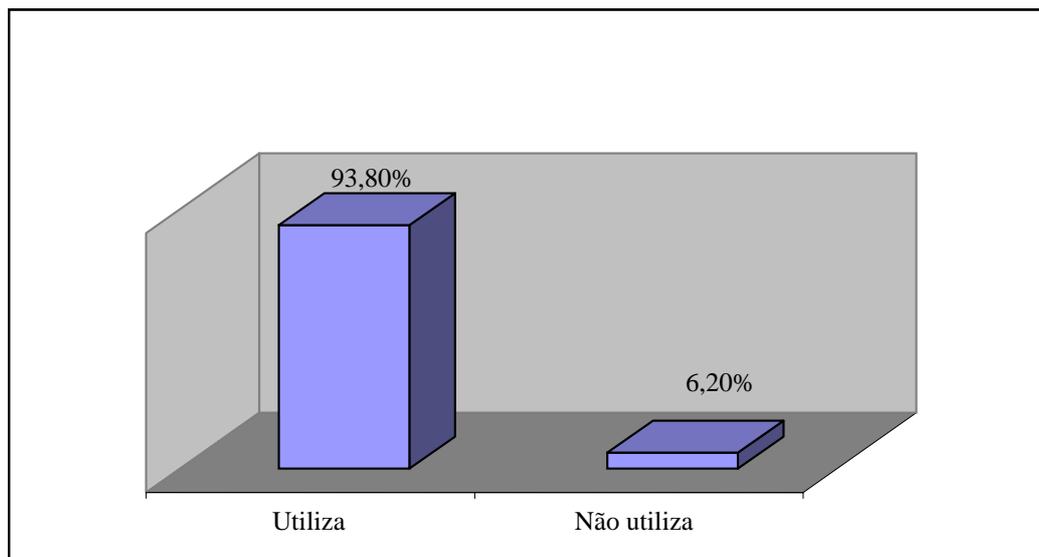
Procurando identificar a utilização de instrumentos gerenciais, foi perguntado sobre a utilização contabilidade de custos e a orçamento empresarial para tomada de decisões.

Gráfico 09 – Utilização de Informações de Custos para Tomada de Decisões

Fonte: Dados da Pesquisa

Os dados evidenciam que 37,5% utilizam a contabilidade de custos contra 62,5% que não utilizam. Entretanto, cabe observar que os respondentes frisavam que apesar de não existir uma contabilidade “separada” de custos, todos sabiam qual era o custo de fabricação dos seus empreendimentos. Entre aqueles que responderam utilizar a contabilidade de custos, citaram como exemplo, a utilizações de informações de custos fixos, custos variáveis, custos diretos e indiretos, segregação de gastos por centro de custos e ponto de equilíbrio.

Para as empresas pesquisadas, a idéia de custo está associada a elaboração dos orçamentos para cada empreendimento que será realizado. O gráfico 09 mostra que das 32 empresas pesquisadas (93,8%) utilizam o orçamento como instrumento de gestão. Através de indicadores do macrossetor da construção civil e, sobretudo da experiência do mercado projetam-se os custos e as receitas em forma de orçamento e acompanham os resultados.

Gráfico 10 – Utilização de Orçamento Empresarial para Tomada de Decisões

Fonte: Dados da Pesquisa

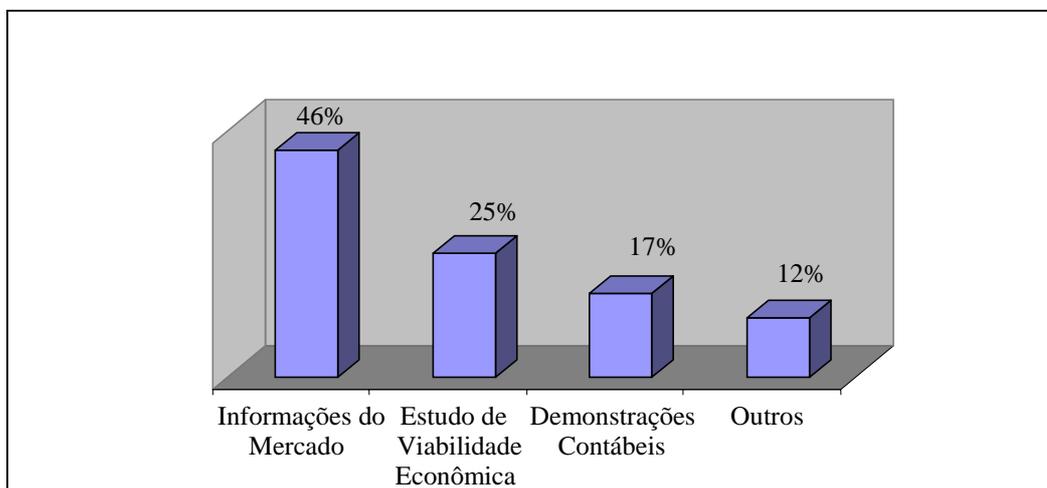
Sobre os instrumentos utilizados para tomar decisões gerenciais, foi questionado aos gestores sobre as informações que são utilizadas na empresa quando se toma uma decisão que requer questões de natureza econômica-financeira (definição de preço de venda de um apartamento, custos, investimentos, orçamento para concorrência, etc).

Cavalcanti *apud* Pinheiro (1996, p.2) ressalta a necessidade dessas empresas em buscar a construção de sistemas de informações para a gestão que lhe permitam compreender e atuar no ambiente através de técnicas e procedimentos compatíveis com as suas necessidades. As observações realizadas pelo autor em pesquisa empírica revelaram o poder de gerenciamento e participação institucional dessas camadas empresariais é muito diluído, fragmentado e, em alguns casos inexistente.

Para este questionamento se optou por uma questão aberta. De acordo com Richardson (1999, p.194) “a pergunta aberta deve ser utilizada quando o pesquisador deseja realizar determinado assunto, mas não está familiarizado com a população a ser entrevistada e

não pode, portanto, antecipar possíveis respostas”. O autor ensina que este tipo de pergunta possibilita ao respondente mais liberdade, pois não restringe a uma alternativa.

Gráfico 11 – Informações Utilizadas para Tomar Decisões



Fonte: Dados da Pesquisa

A resposta mais freqüente foi “consultamos informações do mercado” representados principalmente por clientes, fornecedores e concorrentes.

As informações sobre os preços de venda são baseadas nos preços da concorrência. Verificam-se as ofertas oferecidas na região onde será realizado o empreendimento e compara-se com a margem de lucro desejada. Para isso, utilizam como parâmetro os dados da Associação das empresas Imobiliárias do Estado de Pernambuco (ADEMI), Siduscon/PE – Sindicato das Indústrias de Construção Civil de Pernambuco, jornais de grande circulação no Estado, além das informações fornecidas pelos corretores de imóveis e clientes.

Além de observarem as tendências e as ações dos concorrentes, avalia-se também o Custo da Construção Civil – CUB de Pernambuco, através de pesquisas realizada pelo Sinduscon/PE, que identificam a repercussão do cenário político-econômico nos orçamentos

do setor da construção civil. Esta pesquisa apresenta dados detalhados das variações percentuais de mão-de-obra (armador, carpinteiro, pedreiro, pintor, servente, etc.) materiais (cimento, areia, brita, tijolo, cerâmica, vidro, etc) e equipamentos (betoneira, trator, etc.).

Com relação a política de vendas, que tem como característica as vendas a prazo, verificam-se os índices praticados no mercado (INCC da FGV, IGP-M da FGV, IPC da FIPE, IPC do IBGE e IPCA do IBGE), porém, há predominância do INCC.

Partindo-se do objetivo da contabilidade em fornecer informações úteis aos seus usuários, de forma que permita a tomada de decisões, foi perguntado sobre a utilização de relatórios emanados da contabilidade. Também adotamos a questão aberta para este questionamento.

Sobre o assunto, Iudícibus (2000, p.28) ensina que:

“o objetivo principal da contabilidade (e dos relatórios dela emanados) é fornecer informação econômica relevante para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança. Isto exige um conhecimento do modelo decisório do usuário e, de forma mais simples, é preciso perguntar ao mesmo qual a informação que julga relevante ou as metas que deseja maximizar, a fim de delinear o conjunto de informações pertinentes.”

Os dados obtidos, relacionados na tabela a seguir evidenciam maior utilização de relatórios da contabilidade financeira. O balancete é o relatório da contabilidade mais conhecido e utilizado pelos gestores das micro e pequenas empresas pesquisadas. Através dos balancetes os gestores das empresas pesquisadas acompanham a evolução das receitas, despesas e custos de produção.

Tabela 02 – Relatórios recebidos da contabilidade		
Função na empresa	Frequência	%
Balancetes	30	16,13%
Balanço Patrimonial	26	13,98%
Demonstração do Resultado do Exercício	26	13,98%
Livro Diário	26	13,98%
Livro Razão	26	13,98%
Relatório de Despesas	18	9,68%
Relatório de Custos	8	4,30%
Relatório de Receitas	18	9,68%
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	4	2,15%
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	4	2,15%
Total		100,0%

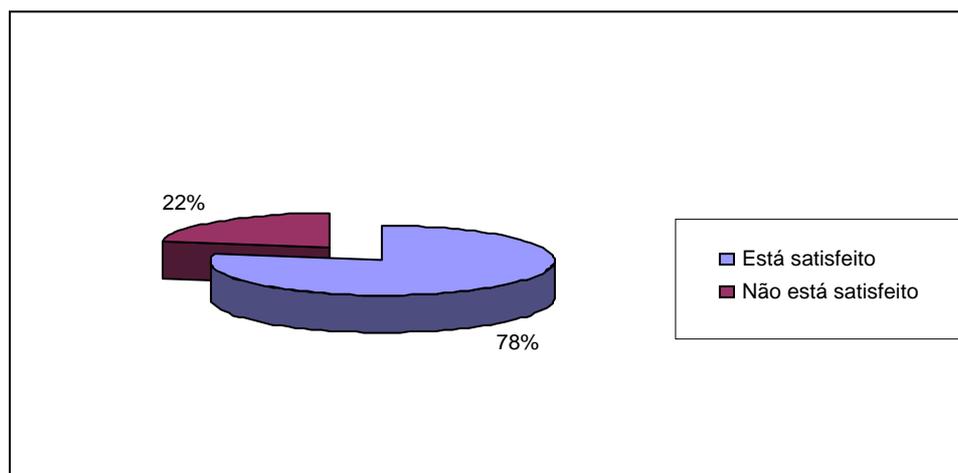
Fonte: Dados da Pesquisa

Diante do resultado apresentado é importante citar HENDRIKSEN, *apud* IUDÍCIBUS (200, p.22):

“ Embora possa ser possível determinar os modelos de decisórios que descrevem como os usuários realmente tomam suas decisões e qual informação desejam, esse procedimento pode não levar aos melhores resultados, porque os usuários estão limitados pela informação contábil disponível no momento ou porque eles podem não estar usando os melhores modelos...”

O que se observa é a pouca utilização de relatórios da contabilidade gerencial que são relevantes para a administração da empresa. Com a utilização das ferramentas gerenciais poder-se-ia prever problemas e antecipar soluções.

Isso posto, o próximo questionamento referiu-se ao grau de satisfação quanto às informações oriundas da contabilidade. Apenas 22% responderam não estar satisfeito com as informações oriundas da contabilidade. A grande maioria (78%) acredita que as informações fornecidas pela contabilidade são satisfatórias.

Gráfico 12 – Satisfação quanto as Informações oriundas da Contabilidade

Fonte: Dados da Pesquisa

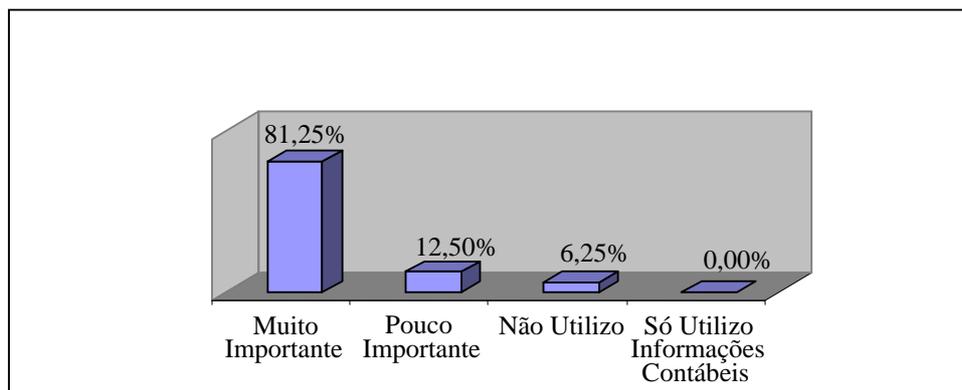
Diante desse cenário, foi investigado o grau de importância atribuído ao sistema de informações contábeis como instrumento de apoio à decisão visando auxiliar a empresa na busca de otimização de resultados.

IUDÍCIBUS (1998, P.7) explica que:

“A contabilidade tem se destacado ao longo dos séculos, por ser o principal sistema de informação das entidades. Onde termina o sistema de informação estritamente contábil – SIC e onde se inicia o sistema de informação empresarial – SIE tem sido sempre uma questão de contornos indefinidos e nebulosos se tomarmos uma empresa de pequeno ou médio porte, o SIC confunde-se com o SIE”

Para identificar a importância atribuída pelos gestores quanto às informações fornecidas pela contabilidade, foi perguntado: Qual o grau de importância atribuída às informações oriundas da contabilidade?

- () Não utilizo
- () Pouco importante
- () Muito importante
- () Só utilizo informações Contábeis

Gráfico 13 – Grau de Importância atribuída às Informações Contábeis

Fonte: Dados da Pesquisa

Dos 32 formulários respondidos, o item “muito importante” obteve 81,25% das respostas, seguido do item “pouco importante” com 12,5% e, depois, o item “não utilizo” com 6,25%. A frequência observada é um indicativo que os respondentes são conscientes da importância das informações contábeis em seu processo de tomada de decisões.

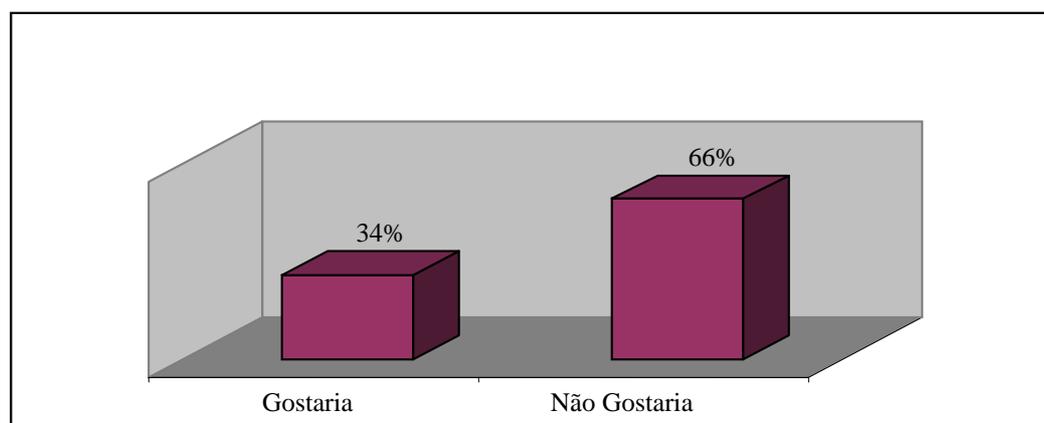
No entanto, quando comparamos com o resultado apresentado na tabela 4.5 (relatórios recebidos da contabilidade) verificamos que os demonstrativos oriundos da contabilidade são em sua maioria provenientes da contabilidade financeira.

De acordo com o referencial teórico, Iudícibus (1998, p.21) ressalva que segregar a contabilidade financeira da contabilidade gerencial não é tarefa de fácil percepção. Isso porque os relatórios contábeis tidos como cúpula do processo contábil financeiro, tais como balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, apesar de serem preponderantemente destinados aos usuários externos, também podem ser úteis para a gerência da empresa.

Porém o autor explica que instrumentos tipicamente de gestão relacionados a decisão de comprar, substituir ou fabricar um equipamento ou mesmo de reduzir ou aumentar o volume de produção requerem informações contábeis que não são encontradas com facilidade na contabilidade financeira.

Diante desse contexto, foi questionado ainda se o gestor gostaria de obter outras informações oriundas da contabilidade para tomada de decisões. Neste quesito, a maioria (66%) dos respondentes afirmaram que não gostariam de obter informações adicionais da contabilidade.

Gráfico 14 – Necessidade de obter outras informações da contabilidade para tomada de decisões.



Fonte: Dados da Pesquisa

Para àqueles 11 gestores que responderam que gostariam de outras informações da contabilidade para tomar decisões, solicitamos que apontassem sugestões. Não disponibilizamos alternativas para esta pergunta, para permitir maior liberdade ao respondente. As sugestões estão relacionadas a seguir:

Tabela 03 – Relatórios requisitados da contabilidade		
Função na empresa	Frequência	%
Informações sobre produção	8	36,4%
Análise de balanços	5	22,7%
Análise custo/volume/lucro	5	22,7%
Projeções financeiras	3	13,6%
Outros	1	4,6%
Total	22	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa

Pode-se perceber com os dados apresentados que os gestores que gostariam de receber alguma informação a mais da contabilidade, possuem algum conhecimento sobre a base conceitual contábil.

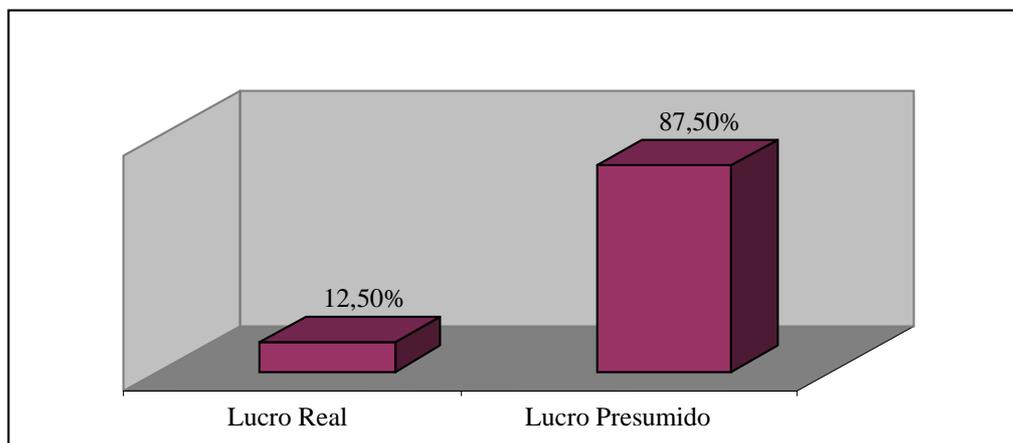
De acordo com o referencial teórico, conforme Marion (2003, p.25) “em alguns segmentos da nossa economia, principalmente na pequena empresa, a função do contador foi distorcida (infelizmente), estando voltada exclusivamente para satisfazer às exigências legais.” Baseado nessa informação e tendo em vista que a partir de 01 de janeiro de 1999, de acordo com a Instrução Normativa nº 93/97 da Receita Federal, as empresas que têm por objeto social os imóveis não estão mais impedidas de serem tributadas pelo lucro presumido. E ainda, sabendo que de acordo com a Receita Federal, estes não precisam, obrigatoriamente, manter a escrituração contábil nos termos da legislação comercial (empresarial), perguntamos:

Qual a forma de tributação que a empresa vem adotando nos últimos anos?

() Lucro Real

() Lucro Presumido

Ficou evidenciado que, conforme gráfico 15 acima, 28 dos 32 entrevistados, optaram pela forma de lucro presumido nos últimos anos. Logo, apenas 12,5% estão obrigados a manter a escrituração contábil por força da legislação do Imposto de Renda.

Gráfico 15 – Forma de Tributação

Fonte: Dados da Pesquisa

Comparando esta informação com as informações constantes na tabela 4.2 (relatórios recebidos da contabilidade) verificamos que as empresas pesquisadas não obrigadas a manter uma escrituração contábil recebem algum tipo de relatório contábil. Porém, desconhecem os recursos oferecidos pela contabilidade gerencial.

APPLEGATE (1992) *apud* KASSAI, faz os seguintes comentários:

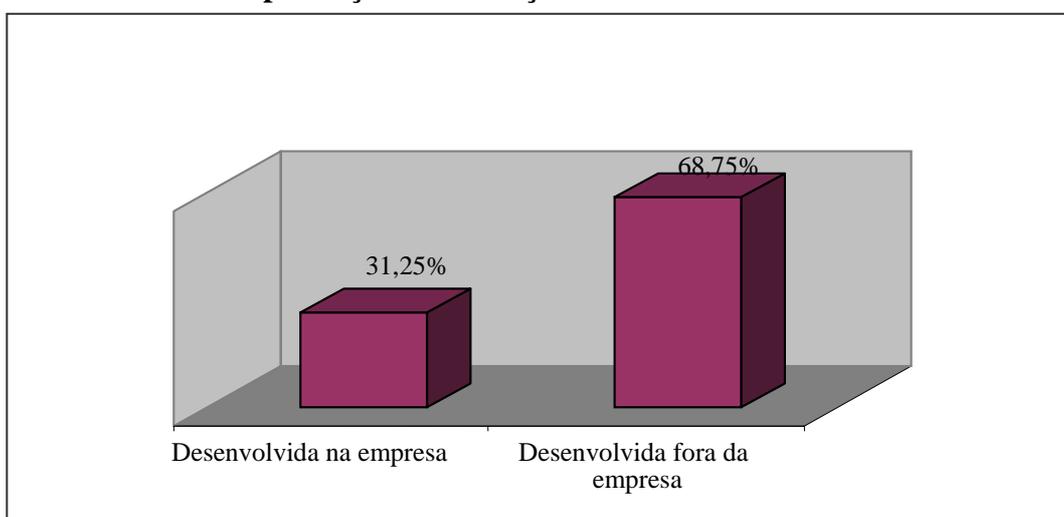
“Os contadores não existem apenas para fazer sua declaração de imposto de renda. Eles cuidam de todos os impostos e dão assistência administrativa geral. Também elaboram relatórios financeiros, revisam contratos de empréstimos e criam um sistema de contabilidade para sua firma....”

Diante do exposto acima, verifica-se que apesar da não obrigatoriedade da escrituração contábil, tendo em vista que as micro e pequenas empresas estão dispensadas

perante a legislação do imposto de renda, os gestores das empresas pesquisadas têm interesse nas informações fornecidas por ela.

Para identificar o tipo de relacionamento existente entre o emissor e o receptor no processo de comunicação da contabilidade dessas empresas perguntamos se a contabilidade era desenvolvida dentro ou fora da empresa.

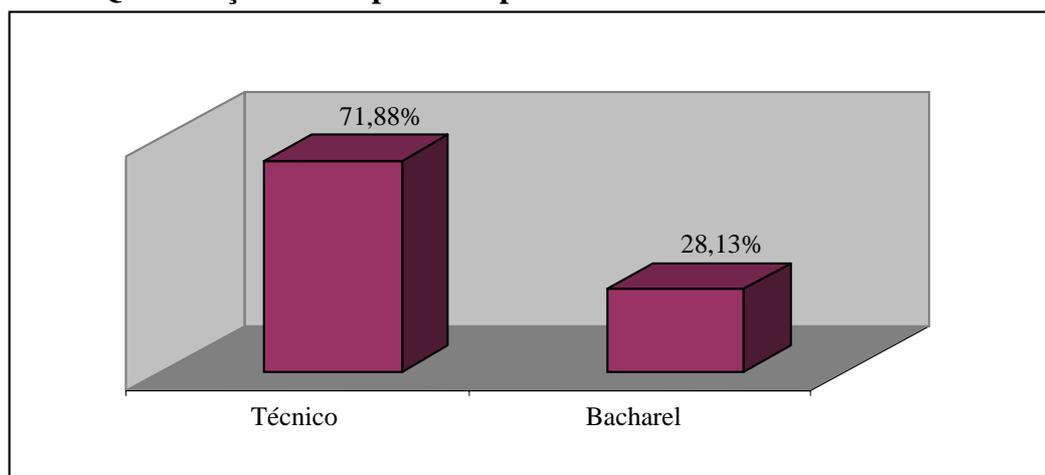
Gráfico 16 – Local de prestação dos serviços de contabilidade



Fonte: Dados da Pesquisa

Das respostas, 68,75% informaram que a contabilidade é desenvolvida pela prestação de serviços por escritórios de contabilidade. Apenas 31,25% possui no seu quadro de funcionários, profissionais da área contábil.

Para obtermos mais dados sobre o fornecedor de informações contábeis das empresas pesquisadas, uma vez que estes podem influenciar na qualidade da prestação de serviços, ofertando informações importantes para o processo de gestão, foi realizado o seguinte questionamento, quanto a sua qualificação profissional: O profissional responsável pela contabilidade da empresa é Técnico ou Bacharel em Contabilidade?

Gráfico 17 – Qualificação do Responsável pela Contabilidade

Fonte: Dados da Pesquisa

Dos 32 formulários respondidos, apenas 9 (nove) empresas recebem informações contábeis de profissionais com formação de nível superior. O restante (71,88%) são técnicos em contabilidade.

Esse resultado confirma os dados apresentados pelo Conselho Federal de Contabilidade¹¹, que entre os 8.368 (oito mil trezentos e sessenta e oito) profissionais e escritórios ativos cadastrados no Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco, 5.306 são técnicos em contabilidade. O restante (aproximadamente 37%) possui titulação de Bacharel em Ciências Contábeis.

Ressalta-se, entretanto que, a qualificação é um atributo indispensável para o aperfeiçoamento dos métodos, técnicas e procedimentos para tornar a contabilidade uma disciplina mais vigorosa e com isso fornecer informações úteis para a tomada de decisões de seus usuários.

¹¹ CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Profissionais e Escritórios Ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade. – Mar. 2005.

5.2 Análise das Questões

No segundo momento são apresentadas as tabelas com as relações entre as questões enunciadas no primeiro capítulo e os níveis de significância dos testes realizados com o auxílio do software Statistical Package for Social Science – SPSS, versão 11.0

As questões testadas foram as seguintes:

Primeira Questão

O grau de importância atribuído às informações oriundas da contabilidade e a aspiração de receber mais informações da contabilidade poderá ser um indicador de que a contabilidade é utilizada como instrumento gerencial para a tomada de decisões?

Variável dependente: aspiração em receber mais informações da contabilidade

Variável independente: grau de importância atribuída a contabilidade

Tabela 04 – Relação entre as informações da contabilidade e o seu grau de importância

Aspiração em receber outras informações da contabilidade	Grau de importância atribuída à contabilidade		Total
	Muito importante	Pouco importante/ Não utiliza	
Não	17	4	21
Sim	9	2	11
Total	26	6	32

Teste Qui-quadrado e Teste Exato de Fisher
 Nível de significância Qui-quadrado = 0,952
 Nível de significância de Fisher = 1,000

Fonte: Dados da Pesquisa

O valor $\chi^2 = 0,04$, com 1 grau de liberdade é não-significativo ($p\text{-valor} = 0,951 > 5\%$). Portanto, ao nível de 5%, não há relação entre a importância atribuída às informações contábeis para gestão e a aspiração de receber mais informações da contabilidade. Já o Teste

Exato de Fisher, como mostra a tabela, não apresentou relevância estatística entre a importância atribuída às informações oriundas da contabilidade e a aspiração em receber mais informações da contabilidade.

O resultado evidenciado contribui para o entendimento das informações desenvolvidas no subitem anterior que evidenciaram a preferência dos gestores em utilização de informações extraídas do mercado para tomada de decisões em relação aos relatórios provenientes da contabilidade. As informações fornecidas pela contabilidade são consideradas relevantes, porém estão desassociadas ao sistema de gestão.

É importante destacar que o subsistema de gestão refere-se ao processo que orienta a realização das atividades da empresa a seus propósitos e que os sistemas de informações de apoio a gestão são aqueles ligados a vida econômico-financeira da empresa e às necessidades de desempenho dos administradores. É composto pelo sistema de informação contábil, sistema de custos, de orçamento, de planejamento de caixa, planejamento de resultados, etc.

Padoveze (2002, p.58) define os sistemas de suporte à decisão como:

“sistemas em extensão dos modelos de contabilidade gerencial para manuseio de problemas de planejamento semi-estruturados e estratégicos, tais como: adicionar ou abandonar linhas de produtos, decisões de fazer ou comprar, decisões de alugar ou abandonar linhas de produtos, decisões de fazer ou comprar, decisões de alugar ou comprar, decisões de canais de distribuições etc.”

Diante deste cenário, o sistema de informação contábil que tem por objetivo prover seus usuários de informações sobre os negócios que afetam a empresa não está

integrado com todas as áreas necessárias para o gerenciamento de um único sistema de informação.

Segunda Questão

O grau de importância atribuído às informações oriundas da contabilidade é um fator que depende do tempo de experiência dos gestores no processo de tomada de decisão?

Variável dependente: grau de importância atribuída a contabilidade

Variável independente: tempo de experiência dos gestores

Tabela 05 – Relação entre a importância atribuída a contabilidade e o tempo de experiência dos gestores

Grau de importância atribuída a contabilidade	Tempo de experiência dos gestores		Total
	Até 5 anos	Mais de 5 anos	
Pouco importante/ Não utiliza	1	5	6
Muito importante	11	15	26
Total	12	20	32

Teste Qui-quadrado e Teste Exato de Fisher
 Nível de significância Qui-quadrado = 0,242
 Nível de significância de Fisher = 0,370

Fonte: Dados da Pesquisa

O valor $x^2 = 1,368$, com 1 grau de liberdade é não-significativo ($p\text{-valor} = 0,220 > 5\%$). Portanto, ao nível de 5%, o grau de importância atribuída às informações oriundas da contabilidade não está relacionado como o tempo de experiência dos gestores no processo de tomada de decisões. O Teste Exato de Fisher reforça esse entendimento.

Os gestores consideram relevantes as informações fornecidas pela contabilidade, independente do seu tempo experiência como gestor. Cavalcanti *apud* Pinheiro (1996, p.12)

ressalta a necessidade das micro e pequena empresas em buscar a construção de sistemas de informações para a gestão que lhe permita compreender e atuar no ambiente através de técnicas e procedimentos compatíveis com as suas necessidades.

No entanto, Pinheiro (1996, p.13-14) ressalva que:

“Na realidade, o que se observa com muita frequência é que o nível administrativo das micro e pequenas empresas é bastante rudimentar, demonstrando alta fragilidade estrutural.

Em geral, essas empresas não possuem, por exemplo, uma estrutura organizacional, por mais simples que seja, que define claramente os papéis de seus ocupantes e os níveis de responsabilidade correspondentes. Os controles são difusos e quase sempre centralizados – conseqüentemente, as decisões são tomadas pelos dirigentes, sem a participação de importantes atores que atuam no processo. Falta, ademais, a informação e, o que se pode considerar principal, a percepção da importância de todas estas questões no empreendimento(...)”

As informações contábeis são utilizadas pelos gestores das micro e pequenas empresas de construção civil, porém verificamos no subitem 5.1 que dentre os instrumentos utilizados para tomada de decisões gerenciais, as respostas mais frequentes referiam-se as informações extra-contábeis obtidas no mercado imobiliário.

Terceira Questão

A satisfação com as informações fornecidas pela contabilidade para tomada de decisões é um fator dependente da qualificação do profissional responsável por estas informações?

Variável dependente: satisfação do gestor

Variável independente: qualificação do profissional da contabilidade

Tabela 06 – Relação entre a satisfação do gestor e a qualificação do profissional de contabilidade

Satisfação do gestor	Qualificação do profissional da contabilidade		Total
	Técnico	Contador	
Não	4	3	7
Sim	17	8	25
Total	21	11	32

Teste Qui-quadrado e Teste Exato de Fisher

Nível de significância Qui-quadrado = 0,593

Nível de significância de Fisher = 0,667

O valor $x^2 = 0,286$, com 1 grau de liberdade é não-significativo ($p\text{-valor} = 0,593 > 5\%$). Portanto, ao nível de 5%, a satisfação do gestor quanto às informações fornecidas pela contabilidade não está relacionada com a qualificação do profissional que executa os serviços de contabilidade. O Teste Exato de Fisher confirma o entendimento.

Cabe destacar que a maioria dos profissionais de contabilidade que atuam no nas empresas pesquisadas são técnicos em contabilidade, prestam serviços fora da empresa, assim como os gestores não possuem formação na área de gestão.

Diante da realidade das pequenas empresas, Pinheiro (1996, p.7) explica:

“A capacidade gerencial necessária à fluidez operacional das organizações precisa ser considerada como um componente de relevante importância no exame da problemática de sobrevivência e crescimento dessas micro, pequenas e médias organizações empresariais, sem que se despreze a existência de fatores contingenciais a elas pertinentes, que afetam sua existência diuturnamente mas que podem, na maioria dos casos, serem minimizadas e, até mesmo, eliminados através de procedimentos gerenciais adequados.”

Dessa forma, os benefícios da contabilidade gerencial são utilizados por aqueles gestores que conseguem traduzir os conceitos contábeis em sua prática, com informações sobre a condição econômica, como as de custos e lucratividade dos produtos, serviços e dos

clientes, entre outros. Moscove, Simkin e Bagranoff (2002, p.28) destacam duas componentes relevantes que integram o sistema contábil gerencial de uma empresa: a contabilidade de custos e o orçamento empresarial.

De acordo com pesquisadores do setor de construção civil citados no segundo capítulo desta dissertação o subsetor de edificações é freqüentemente criticado pela sua baixa eficiência produtiva diante da imprevisibilidade de suas operações e pela qualidade de seus produtos aquém das expectativas dos seus clientes.

Entre os obstáculos da construção civil no Brasil pode-se citar a falta de cultura voltada para a qualidade e produtividade nas operações da construção civil em relação às exigências do seu processo tecnológico, carência de informações e garantias sobre o real desempenho de produtos e serviços na construção civil, devido a escassez de sistematização dos conhecimentos.

Esta problemática está relacionada principalmente as suas mais fortes características: baixa qualificação do trabalhador, pouca utilização de novas tecnologias e um alto grau de desperdício durante o processo de produção devido às falhas cometidas nas empresas. Os problemas relacionados a indústria da construção civil exigem mudanças em termos de gestão para serem solucionados, que vão além do caráter eminentemente técnico.

A contabilidade de custos e todos os procedimentos contábeis e financeiros ligados ao orçamento empresarial, ao fornecimento de informes contábeis e financeiros para a decisão entre cursos de ação alternativos que são facilmente identificados no campo da contabilidade gerencial, poderia suprir as necessidades dos gestores.

Quarta Questão

A utilização de informações de orçamento empresarial é um fator dependente do tempo de experiência dos gestores no processo de tomada de decisões?

Variável dependente: a utilização de informações de orçamento empresarial

Variável independente: o tempo de experiência do gestor.

Tabela 07 – Relação entre a utilização de informações de orçamento empresarial e o tempo de experiência do gestor

Utilização de informações de orçamento empresarial	Tempo de experiência do gestor		Total
	Até 5 anos	Mais de 5 anos	
Não	1	1	2
Sim	11	19	30
Total	12	20	32

Teste Qui-quadrado e Teste Exato de Fisher

Nível de significância Qui-quadrado = 0,706

Nível de significância de Fisher = 1,000

Fonte: Dados da Pesquisa

O valor $x^2 = 0,142$, com 1 grau de liberdade é não-significativo (p -valor = $0,706 > 5\%$). Portanto, ao nível de 5%, a utilização de informações de orçamento empresarial não está relacionado com o tempo de experiência dos gestores. Já o Teste Exato de Fisher, como mostra a tabela, não apresentou relevância estatística.

A função orçamentária é uma importante ferramenta da contabilidade gerencial. A vantagem na elaboração do orçamento está na obrigatoriedade dos administradores pensarem no futuro, terem uma visão a longo prazo, procurando relacionar também os fatores internos e externos que influenciam as decisões das empresas.

Tendo em vista a atividade imobiliária apresentar como característica a execução de projetos específicos em períodos de média e longa duração, o planejamento e plano de

controle estabelecido pela contabilidade gerencial devem ser desenvolvidos de acordo com as necessidades informacionais dos seus usuários, diante de uma atividade específica, que se diferencia das indústrias fabris quando comparadas em seus processos produtivos, organização do trabalho e mecanização.

Entretanto, o processo de gestão das micro e pequenas empresa da construção civil caracterizam-se pela forma preponderante com que a personalidade e experiência profissional de seus proprietários que influenciam a tomada de decisões.

De acordo com Bártoli Neto *apud* Kassai (1996, p.107) os empreendedores das pequenas e medias empresas acumulam funções técnicas, administrativas, de gestão financeira, de vendas, etc. direcionando grande parte de seu tempo a soluções de problemas operacionais, perdendo a visão gerencial dos negócios.

O planejamento estratégico das micro e pequenas empresas podem ser menos detalhados e complexos do que para as grandes organizações, mas são de grande utilidade no processo de tomadas de decisões.

Quinta Questão

A utilização de informações de custos é um fator dependente do tempo de experiência dos gestores no processo de tomada de decisões?

Variável dependente: a utilização de informações de custos

Variável independente: o tempo de experiência do gestor.

Tabela 08 – Relação entre a utilização de custos e o tempo de experiência do gestor

Utilização de custos	Tempo de experiência do gestor		Total
	Até 5 anos	Mais de 5 anos	
Não	8	12	20
Sim	4	8	12
Total	12	20	32

Teste Qui-quadrado e Teste Exato de Fisher

Nível de significância Qui-quadrado = 0,706

Nível de significância de Fisher = 1,000

Fonte: Dados da Pesquisa

O valor $x^2 = 0,142$, com 1 grau de liberdade é não-significativo (p -valor = $0,706 > 5\%$). Portanto, ao nível de 5%, a utilização de informações de custo não está relacionado com o tempo de experiência dos gestores. Já o Teste Exato de Fisher, como mostra a tabela, não apresentou relevância estatística.

A contabilidade de custos pode ser aplicada segundo a necessidade dos seus usuários, tais como avaliação dos estoques e resultados, tomada de decisão e controle.

Moscove, Simkin e Bagranoff (2002, p.28) explicam que a contabilidade de custos é utilizada pela contabilidade gerencial para as funções de planejamento, controle e tomada de decisões, visto que auxiliam nas funções associadas com as atividades organizacionais de aquisição, processamento, distribuição e vendas.

Dessa forma a utilização da contabilidade de custos gerenciais associada a tecnologia da informação permitem a identificação dos custos mais cuidadosamente e também são capazes de atribuir custos específicos a atividades específicas.

Utilizando a contabilidade de custos para tomada de decisão o gestor poderá responder a questionamentos, tais como: quais produtos vender, quais métodos de produção

integrar, fabricar peças ou comprá-las prontas, qual preço cobrar, quais canais de distribuição utilizar e assim por diante.

Sexta Questão

A escolha pelo regime de tributação pelo lucro presumido, relacionado com a prestação de serviços terceirizados de contabilidade poderá ser um indicador da não utilização de informações contábeis no processo de gestão?

Variável dependente: utilização do regime de tributação – lucro presumido

Variável independente: contratação de serviços terceirizados de contabilidade

Tabela 09 – Relação entre a utilização do regime de tributação – lucro presumido e a contratação de serviços terceirizados de contabilidade

Utilização do regime de tributação – lucro presumido	Contratação de serviços terceirizados de contabilidade		Total
	Não	Sim	
Não	2	2	4
Sim	7	21	28
Total	9	23	32

Teste Qui-quadrado e Teste Exato de Fisher

Nível de significância Qui-quadrado = 0,298

Nível de significância de Fisher = 1,000

Fonte: Dados da Pesquisa

O valor $\chi^2 = 1,082$, com 1 grau de liberdade é não-significativo (p -valor = 0,298 > 5%). Portanto, ao nível de 5%, não há relação entre o regime escolhido de tributação pelo lucro presumido (que desobriga a escrituração contábil) e a contratação de serviços de contabilidade terceirizados. Já o Teste Exato de Fisher, como mostra a tabela, não apresentou relevância estatística.

O resultado evidenciado contribui para o entendimento exposto no subitem 5.1 em que verificamos que as empresas pesquisadas não obrigadas a manter escrituração contábil

recebem algum tipo de relatório contábil, tais como balancetes, Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício.

Sobre o assunto, Iudícibus (1998, p.21) explica que apesar de serem preponderantes aos interesses de usuários externos, tais como bancos, investidos e financiadores, também podem ser úteis para a gerência da empresa, desde que sirvam como indicador válido do desempenho da empresa e que possam ser utilizados no modelo provisional da gerência.

Sétima Questão

A escolha pelo regime de tributação pelo lucro real, que obriga as empresas a manterem escrituração contábil influencia na aspiração dos gestores em obter mais informações da contabilidade para auxiliar o processo de gestão?

Variável dependente: utilização do regime de tributação – lucro presumido

Variável independente: contratação de serviços terceirizados de contabilidade

Tabela 10 – Relação entre a aspiração em receber outras informações da contabilidade e a utilização de tributação – lucro real

Aspiração em receber outras informações da contabilidade	Utilização do regime de tributação – lucro real		Total
	Não	Sim	
Não	19	2	21
Sim	9	2	11
Total	28	4	32

Teste Qui-quadrado e Teste Exato de Fisher
 Nível de significância Qui-quadrado = 0,482
 Nível de significância de Fisher = 0,593

Fonte: Dados da Pesquisa

O valor $\chi^2 = 0,495$, com 1 grau de liberdade é não-significativo (p-valor = 0,482 > 5%). Portanto, ao nível de 5%, a escolha pelo regime tributário do lucro real não influencia a aspiração do gestor em obter mais informações da contabilidade. De acordo com o Teste Exato de Fisher, reforça o entendimento.

Conforme verificamos no referencial teórico:

“A função básica do contador é produzir informações úteis aos usuários da Contabilidade para tomada de decisões. Ressalta-se, entretanto, que, em nosso país, em alguns segmentos da nossa economia, principalmente na pequena empresa, a função do contador foi distorcida (infelizmente), estando voltada exclusivamente para satisfazer às exigências legais”.(Marion 2003, p. 25)

A consequência desse fato é que há uma falta de sintonia entre as informações produzidas pela contabilidade e a necessidade de informações gerenciais para os gestores das empresas. Então os gestores das micro e pequenas empresas da construção civil buscam suprir essas necessidades através de informações produzidas pelo mercado imobiliário (clientes, fornecedores, corretores, sindicatos, etc.) para desenvolver seu modelo de gestão.

A contabilidade deve ser entendida como um importante instrumento para a gestão e deve ser feita para atender aos interesses da empresa e demais usuários no que se refere às informações nela contidas para a tomada de decisões. Mais do que manter a contabilidade por exigência da legislação fiscal, previdenciária, código civil, lei de falências, entre outras, é importante que a contabilidade seja efetivamente usada pelos tomadores de decisões.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou identificar se as informações contábeis são efetivamente utilizadas no processo decisório das micro e pequenas empresas do segmento da construção civil na região metropolitana do Recife.

Diante dos resultados apresentados, a análise descritiva permitiu primeiramente traçar um perfil de seus gestores, uma vez que às características sócio-econômicas, em virtude da atividade que exercem e da região que estão inseridos influenciam os tomadores de decisão a utilizar as informações provenientes do sistema de informação contábil como instrumento gerencial.

Dentre as características que merece destaque apontamos a formação técnica (universitária) na área afim, ou seja, em engenharia civil, porém poucos acrescentaram seus conhecimentos com cursos de especialização em gestão de negócios. Devido ao tempo de experiência no segmento, costumam ter bons conhecimentos sobre o mercado. É importante observar ainda que grande parte das empresas desse segmento possui gestão familiar, onde a estrutura organizacional é simplificada. A supervisão se dá de forma direta e o seu sócio-diretor é parte fundamental da organização.

Os resultados encontrados quanto às informações contábeis utilizadas no processo decisório dos gestores permitem induzir que os relatórios contábeis fornecidos pela contabilidade são prioritariamente de natureza financeira, tais como balanço, balancetes, demonstração do resultado do exercício, etc., destinados prioritariamente aos usuários

externos. Com isso perdem informações relacionados a gestão, tais como decisão de comprar, substituir, fabricar ou mesmo reduzir ou aumenta o volume de produção.

Para suprir essa carência, buscam informações através de clientes, fornecedores e concorrentes, além de dados obtidos na Associação de Empresas Imobiliárias do Estado de Pernambuco, Sindicato da Indústria de Construção Civil de Pernambuco. Em fim, o conhecimento empírico sobre as informações que circulam no mercado, ainda é o mais requisitado instrumento de gestão.

No entanto, a maioria dos entrevistados informou estar satisfeita com as informações oriundas da contabilidade. Àqueles que gostariam de receber mais informações da contabilidade, referem-se a informações sobre produção, análise de balanços, análises custo/volume/lucro e projeções financeiras, ou seja, informação de natureza gerencial.

Com os testes dos questionamentos levantados na introdução dessa dissertação não identificamos relação entre a importância atribuída às informações contábeis para gestão e a aspiração dos gestores em receber mais informações da contabilidade, assim como o grau de importância atribuída às informações contábeis não está relacionado com o tempo de experiência dos gestores no processo de tomada de decisões. Essas informações reforçam o entendimento exposto durante a análise descritiva dos resultados da pesquisa em que as decisões nesse setor normalmente são usuais ou baseadas na em sua experiência profissional.

As informações fornecidas pela contabilidade são consideradas relevantes, porém estão desassociadas ao sistema de gestão. No cenário apresentado o sistema de informação contábil que tem por objetivo prover seus usuários de informações sobre os negócios que

afetam a empresa não está integrado com todas as áreas necessárias para o gerenciamento de um único sistema de informação.

Conclui-se que as informações da contabilidade são pouco utilizadas como instrumento de gestão das micro e pequenas empresas da construção civil localizadas na região metropolitana do Recife, Estado de Pernambuco, limitada muitas vezes a relatórios obrigatórios por agentes regulamentadores externos.

Tendo em vista que este estudo é restrito a amostra investigada, selecionada pelo critério de conveniência, e as condições sob as quais se deram as aplicações dos questionários, os resultados apontados são apenas indicativos de tendências e devem ser entendidos sob esse prisma. É importante ressaltar ainda que poucos estudos existem sobre a efetiva utilização da contabilidade como sistema de informação utilizada no processo decisório dos gestores das micro e pequenas empresas do setor da construção civil.

Dessa forma novos estudos deverão ser realizados, com o objetivo de replicar esse estudo em outras cidades do país, com amostras maiores e mais representativas da população, visando a ratificação dos resultados aqui encontrados.

Outros pontos que também podem ser investigados são:

- Identificação dos principais fatores que impedem a implementação de um sistema de informações contábil eficaz no setor da construção civil.

- Analisar as informações de custos e orçamentos utilizadas para tomada de decisão no setor da construção civil.

7. BLIBLIOGRAFIA

ALBI, Emílio. **Fiscalidad y Empresa Familiar**. Instituto de la Empresa Familiar Espanha, 1994.

ADEMI – ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS IMOBILIÁRIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Pesquisa Imobiliária. Recife, 4º trimestre 2003.

ANTHONY, Robeert N. **Contabilidade Gerencial: Uma introdução à contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1976.

ATKINSON, Anthony A., et al. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Atlas, 2000.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2001.

BERTALANFY, Ludwig Von. **Teoria Geral dos Sistemas**. Trad. De Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Vozes, 1975.

BIO, Sérgio Rodrigues. **Sistemas de informação: um enfoque gerencial**. São Paulo: Atlas, 1985, p.18.

BRASIL, Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o regimento tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições das microempresas e das empresas de pequeno porte – SIMPLES e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, p. 25.973/7, 06 de dez. 1996.

BRASIL, Lei nº 9.841, de 05 de outubro de 1999. Institui o estatuto da microempresa e da empresas de pequeno porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos art. 170 a 179 da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**. Brasília, p. 0001/01, 06 de dez. 1999.

BRASIL, Lei nº 8.864, de 28 de março de 1994. Estabelece normas para as microempresas – ME e empresas de pequeno porte – EPP, relativas ao tratamento diferenciado e simplificado, nos campos administrativo, fiscal, previdenciário, trabalhista, crédito e de desenvolvimento empresarial (artigo 179 da Constituição Federal). **Diário Oficial da União**. Brasília, p. 4.554/1, 29 de mar. 1994.

BRASIL, Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984. Estabelece normas integradas do estatuto da microempresa, relativa ao tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial. **Diário Oficial da União**. Brasília, p. 17521/1, 28 de nov. 1984.

CAMPIGLIA, Américo O., CAMPIGLIA, Oswaldo R.P. **Controle de Gestão: controladoria financeira das empresas**. São Paulo: Atlas, 1994.

CATELLI, Armando. **Controladoria: uma abordagem de gestão econômica – GECON**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CATELLI, Armando; PEREIRA, Carlos Alberto; VASONCELOS, Marco Tullio de Castro. Processo de Gestão e Sistemas de Informações Gerenciais. In: CATELLI, Armando (coord.). **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica. GECON**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2001

CHURCHUMAN, C. West. **Introdução à teoria dos sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1972.

COFFEY, Michael. Developing and Maintaining Employee Commitment and Involvement in Lean Construction. In: **Internacional Group for Lean Construction Annual Conference**, 8., 2000, Brighthon, **Eletronic Proceedings...** Brighthon: University of Sussex, 2000. Disponível em: <http://www.sussex.ac.uk/spru/imichair/news/template.cfm?content=igcl-8.cfm>. Acesso em 10 de dez. 2004.

COSTA, Magnus Amaral da. **Contabilidade da construção civil e atividade imobiliária**. São Paulo: Atlas, 2000.

DENCKER, Ada de F. Moneti & VIÁ, Sarah Chucid da. **Pesquisa empírica em ciências humanas: com ênfase em comunicação**. São Paulo: Futura, 2001.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GREPALDI, Silvio A. **Contabilidade Gerencial: Teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 1998.

GUERREIRO, Reinaldo. Modelo de sistema de informação contábil. In: CATELLI, Armando. **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica – GECON**. São Paulo: Atlas, 1999.

_____ **Modelo conceitual de sistema de informação de gestão econômica: uma contribuição à teoria da comunicação da contabilidade.** São Paulo, 1989. Tese (Doutoramento). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança.** São Paulo: ANNABLUME, 1996. 308 p.

FERREIRA NETO, Brasilino José. **Informações contábeis e o processo decisório em pequenas empresas- estudo exploratório na cidade de Goiânia.** São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo..

FREY, Irineu Afonso, FREY, Márcia Rosane. O Uso de Informações Contábeis na Pequena Empresa. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE**, 16.2000, Goiânia. Anais. Goiânia: CFC, 2000. CD-ROM. Trabalho T074.doc.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Macrossetor da Construção.** Rio de Janeiro, 2001.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES – 2001. **Déficit Habitacional no Brasil – 2000.** Disponível em <http://www.fjp.gov.br> Acesso em 06.06.2004.

GIL, Antônio de Loureiro, 1940. **Sistemas de informações: contábil, financeiros.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999

HENDRIKSEN, Edson S; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1999.

HIGUCHI, Hiromi; Celso Hiroyuki Higuchi. **Imposto de rendas das empresas: interpretação e prática.** São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Base de dados – SIDRA. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em 10.06.2004

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **A Contabilidade como Sistema de Informação Contábil.** Boletim do Ibracon. Ano XXI n. 245, Out./Nov. 1998

_____. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Atlas 1998.

_____. **Teoria da Contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas 2000.

KASSAI, Silvia. **As empresas de pequeno porte e a contabilidade**. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

KOSKELA, Lauri. **An exploration towards a production theory and its application to construction**. Espoo: VTT Building technology, VTT Publications, 408. 206 p. 2000. Disponível em: <<http://www.inf.vtt.fi/pdf/publications/2000/p.408.pdf>>. Acesso em 20 de jan. 2005.

LIMA, Viviane Lima. Microempresa gera emprego e imposto – Jornal do Commercio. Recife, 9 fev. 2003.p.4.(Economia).

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução da pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARION, José Carlos. A crise na pequena e média empresa e a contabilidade. Revista do Conselho de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: n. 42/85, p.21-23.

_____. **Contabilidade Empresarial**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MAZER, Siegfried. **Fundamentos de teoria geral da comunicação: uma introdução a seus métodos e conceitos fundamentais, acompanhadas de exercícios**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária/Editora Universidade de São Paulo, 1975.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – CAGED (2001)/RAIS (1990 A 2000)
{consultado em CD-ROM}

MOSCOVE, Stephen A., SIMKIN, Mark G., BAGRANOFF, Nancy A. **Sistemas de informações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2002.

MOSIMANN, Clara Pellegrinello e FISCH, Sílvio. **Controladoria: seu papel na administração de empresas**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

NAKAGAWA, Masayuki. **Introdução a Controladoria: conceitos, sistemas, implementação**. São Paulo, SP: Atlas, 1995.

_____. Conceitos de Contabilidade Gerencial aplicados às Pequenas e Médias Empresas. Dissertação de Mestrado apresentada a FEA-USP, São Paulo, 1976.

O CONSTRUTOR EDIÇÃO ESPECIAL. Emprego na Construção. Recife/Pe, Dezembro de 2003, pág. 10-13.

OLIVEIRA, Antônio Gonçalves ; MULLER, Aderbal Nicolas; NAKAMURA, Wilson Toshio. A Utilização das Informações Geradas pelo Sistema de Informação Contábil como Subsídio aos Processos Administrativos nas Pequenas Empresas. Boletim do Ibracon. Ano XXIII n. 277, Jun. 2001.

OLIVEIRA, Alex-Sandro Macedo de. **Informações Contábeis-Financeiras para Empreendedores de Empresas de Pequeno Porte**. Dissertação de Mestrado apresentada a FEA-USP, São Paulo, 2001.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade Gerencial: Um Enfoque em Sistemas de Informação Contábil**. São Paulo: 2. ed. 1997.

_____. Sistemas de Informações Contábeis. São Paulo: Atlas, 2002.

PASTORE, José. Empregos na Infra-estrutura: Potencial e Barreiras. São Paulo: Universidade de São Paulo, Abril de 1998.

PICCHI, F. A. **Sistemas da Qualidade: uso em empresas de construção de edifícios**. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado). Escola Politécnica, Universidade de São Paulo.

PINHEIRO, Mauricio. **Gestão e desempenho das empresas de pequeno porte**. São Paulo, 1996. Tese (Doutoramento em Administração). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

PERECIN, Antônio. **Proposições para o entendimento do problema estratégia/estrutura na pequena e média empresa**. São Paulo, 1984. Dissertação (Mestrado em Administração). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

RICCIO, Edson Luiz. **Uma contribuição ao estudo da contabilidade como sistema da informação**. Tese de Doutorado apresentada a FEA-USP, São Paulo, 1989.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SABOY, Rosa. Saem os chefes, entram os líderes. **Qualidade na Construção**, SINDUSCON-SP, São Paulo, nº 13, p.40-45, 1998.

SANVICENTE, A. Z., SANTOS, C. C. **Orçamento na Administração de Empresas – Planejamento e Controle**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 1995.

SCARDOELLI, SILVA, FORMOSO, HEINECK, Lisiane S., Maria F. S., Carlos T., Luiz F. M.; **“Melhorias de Qualidade e produtividade”**, Porto Alegre, Edição SEBRAE/RS, 1994. SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. A micro e pequena empresa no Brasil. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/>. Acesso em 21 fev. 2004.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESTADO DE PERNAMBUCO – SINDUSCON/PE. **Perfil da Demanda por Imóveis Residentes no Grande Recife**. Recife, 2000.

SOUTO MAIOR, Verônica Cunha. **Avaliação da atual evidenciação de informações obrigatórias, a partir da percepção dos analistas de investimentos**. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Administração e Finanças da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

SOUZA, Ubiraci Espinelli Lemes de; AGOPYAN, Vahan. Os números que faltavam. **Revista Qualidade na Construção**, 1999.

STEVENSON, William J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Harbra, 1981.

TEIXEIRA, Aridélmo José Campanharo. **A Utilização de Informações Contábeis no Processo decisório de Gestores de Médias Empresas no Estado do Espírito Santo: Uma Abordagem Multidisciplinar**. Tese de Doutorado apresentada a FEA-USP, São Paulo, 2002.

TREVISAN Consultores. **O construbusiness e o desenvolvimento sustentado**. São Paulo: Centro Cultural FIESP, Maio de 1998.

VARELLA, Márcio. **Sebrae ajuda a transformar o contabilista em assessor gerencial**. Revista Brasileira de Contabilidade. Ano XXXI n. 138,Nov./Dez. 2002.

VIEGAS, Waldyr. **Fundamentos de metodologia científica**. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

VILELA, Dirley Lemos. **A contabilidade Gerencial e o processo de comunicação: um estudo sobre a utilização de ferramentas de contabilidade gerencial pelas empresas de pequeno porte e pelos escritórios prestadores de serviços contábeis**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 16., 2000, Goiânia. Anais. Goiânia: CFC, 2000. CD-ROM. Trabalho T331.doc.

8. ANEXO

RELAÇÃO DAS EMPRESAS PESQUISADA

1. ATTO ENGENHARIA LTDA

Esc.: Av. Cons. Aguiar, 1472, Boa Viagem, Recife - Cep: 51111-010

Diretor(es): Francisco Rezende Brasil Bacelar / Carlos Augusto Moreira

2. AVELOZ EMPREENDIMENTOS LTDA

Esc.: R. Ondina, 75 118, Pina, Recife - Cep: 51011-180

Diretor(es): Victor Tadeu Lasserre Bandeira de Melo / Eduardo Lasserre Bandeira de Melo / Múcio Bezerra Bandeira de Melo Filho

3. BRACEL LTDA

Esc.: Av. Cons. Aguiar, 1472 Sala 136, Boa Viagem, Recife - Cep: 51111-010

Diretor(es): Jorge Cottard Giestosa / Maria Rita Cottard Giestosa

4. CARRILHO & REAL EMPREENDIMENTOS LTDA

Esc.: R. Maj. Codeceira, 107, Boa Vista, Recife - Cep: 50100-070

Diretor(es): Jorge Wilcks Corte Real / Cyro Wicks Corte Real / Antonio B do Amaral Carrilho / Ricardo do Amaral Carrilho

5. CIC CIDADE INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA

Esc.: R. do Bom Gosto, 135 A, Afogados, Recife - Cep: 50770-170

Diretor(es): José de Almeida Romaguera / José Sarto Lima de Carvalho / Flávio Lobo de Matos / Marconi César Farias Vieira / Cristiano Rego B Carvalho

6. CONRIP LTDA

Fab.: Av. Dez de Novembro, 121

Bairro: Carmo, Olinda - Cep: 53020-060

Diretor(es): Ricardo J Lopes Ferreira / Paulo F Lopes Ferreira

7. CONSTRUTORA AGRA LTDA

Fab.: Av. Cons. Aguiar, 1175-sala 204, Boa Viagem, Recife - Cep: 51011-031

Diretor(es): Otacílio Alencar Agra / Otacílio Márcio F Agra / Helder Fernandes Agra / Hermany Mauricio F Agra

8. CONSTRUTORA LIMEIRA DE MELO LTDA

Fab.: Av. Bernardo Vieira de Melo, 5198, Candeias, Jaboatão dos Guararapes - Cep: 54450-020

Diretor(es): Luiz Napoleão Limeira de Melo / Vilma Lucia V Cruz

9. CONSTRUTORA MACHADO GUIMARÃES LTDA

Fab.: R. Amélia, 327, Graças, Recife - Cep: 52011-050

Diretor(es): Carlos Eduardo Machado Guimarães / Carlos Eduardo Machado Guimarães Filho

10. CONSTRUTORA RAMOS LTDA

Fab.: Av. Bernardo Vieira de Melo, 4114-sala 4, Piedade, Jaboatão dos Guararapes - Cep: 54420-310

Diretor(es): Clovis Roberto Ramos / Maria Cláudia O da Silva

11. DAMPE ENGENHARIA LTDA

Esc.: R. Estevão de Sá, 353, Caxangá, Recife - Cep: 50740-270

Diretor(es): Paulo Santos L de Andrade / Claudio de Figueiredo Andrade / Claudia Carvalho Andrade

12. EMCICOL E M COM IND CONSTRUÇÕES LTDA

Esc.: Av. Saturnino de Brito, 234, Cabanga, Recife - Cep: 50090-310

Diretor(es): Edvanice Venâncio Sousa / José Mario Sousa

13. ENGESTAQ ENGENHARIA E ESTAQUEAMENTO LTDA

Esc.: R. Gouveia de Barros, 227, Santo Amaro, Recife - Cep: 50100-030

Diretor(es): Carlos Sampaio Pires Ferreira

14. EQUINÓCIO CONSTRUÇÃO LTDA

Esc.: R. Gal. Joaquim Inácio, 465 Sala 501, Ilha do Leite, Recife - Cep: 50070-270

Diretor(es): Sear Jasu de S M Veras / Ivo Mascena Veras / Ivo Mascena Veras Filho

15. ESTRUTURAL CONSTRUÇÕES LTDA

Esc.: R. Dona Maria de Angelis, 104, Afogados, Recife - Cep: 50850-080

Diretor(es): Fernando Antônio Brasileiro Miranda Júnior / Maria Daisy de Abreu Miranda / Fernando Antônio Brasileiro Miranda

16. FARO & CASSUNDÉ LTDA

Esc.: R. Alfredo de Carvalho, 65, Espinheiro, Recife - Cep: 52021-040

Diretor(es): Paulo Amara Maia Cassundé Junior / Jorge Faro Cassundé

17. F M CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA

Esc.: R. Fernandes Belo, 542, Ibura de Baixo, Recife - Cep: 51240-210

Diretor(es): Edson de Melo / Vera Lucia Clemente da Silva

18. FREITAS CONSTRUÇÕES LTDA

Esc.: R. Mariz de Barros, 328 2º Andar, Bairro do Recife, Recife - Cep: 50030-120

Diretor(es): Eduardo Frederico G de Freitas / Claudio Walter de Freitas

19. INCORPORADORA M LOPES LTDA

Esc.: R. Sport Clube do Recife, 280, Ilha do Leite, Recife - Cep: 50070-450

Diretor(es): Manoel Lopes Farias / Maria Albertina Lapenda Lopes / Constantino Cardoso

20. INCORPORADORA MALUS LTDA

Esc.: R. Serinhaém, 105 301, Boa Viagem, Recife - Cep: 51021-200

Diretor(es): José Antônio Alvarez Lucas Simon / Marcelo Alvarez de Lucas Simon / Cipriano Marcelo de Lucas Simon

21. ITACON EMPREENDIMENTOS LTDA

Esc.: R. Visconde de Jequitinhonha, 2465, Boa Viagem, Recife - Cep: 51030-021

Tel.: (81) 3465.9166

Diretor(es): Hiran Gomes Cavalcanti Filho / Rodrigo Carvalho Sultanum / Paulo Miguel Coelho Sultanum

22. J M E ENGENHARIA LTDA

Esc.: R. São Salvador, 42, Espinheiro, Recife - Cep: 52020-200

Diretor(es): Álvaro Alves Camello / José de Miranda Esteves / Maria Jose Lobo de Miranda Esteves

23. JCL ENGENHARIA LTDA

Esc.: R. Oscar Bernardo, 144, Prado, Recife - Cep: 50710-140

Diretor(es): João Rufino Silva Melo / Taciana Silva Melo Fernandes

24. J P M CONSTRUÇÕES LTDA

Esc.: R. Ribeiro de Brito, 1272, Boa Viagem, Recife - Cep: 51021-310

Diretor(es): Maria Flory Machado Bacelar Barbalho / Ronaldo Ramatis Bacelar Barbalho / Francine Bacelar Barbalho

25. MIRANDA CORDEIRO INCORPORAÇÕES LTDA

Fab.: R. do Paissandu, 567-sala 02, Derby, Recife - Cep: 52010-000

Diretor(es): Antônio José Miranda Cordeiro / José Carlos Miranda Cordeiro

26. M N COSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES LTDA

Fab.: R. Djalma Farias, 420, Torreão, Recife - Cep: 52030-190

Diretor(es): Luiz Durval Leitão de M Cavalcanti / Ivo Sabino da Costa C Sobrinho

27. NEOTEC PROJETOS E ENGENHARIA LTDA

Esc.: Av. Gal. Mac Arthur, 418, Imbiribeira, Recife - Cep: 51150-400

Diretor(es): Carlos Augusto T L Filho / Bruno César Soares de Melo / Noemia Maria de Barros

28. NORSIL LTDA

Fab.: R. Dr. José Rufino, 2839, Barro, Recife

Cep: 50780-000

Diretor(es): Roberto Noronha Padilha / Maurício Noronha Padilha / José Gomes Padilha Neto

29. NUNES LOBO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA

Esc.: Av. Bernardo Vieira de Melo, 4114, Piedade, Jaboatão dos Guararapes - Cep: 54420-010

Diretor(es): Marli T Nunes Lobo / Daniel Nunes de Lobo

30. OZ & M INCORPORAÇÃO, PARTICIPAÇÃO LTDA

Fab.: Av. Domingos Ferreira, 4371, Boa Viagem, Recife - Cep: 51021-040

Diretor(es): Sergio Zuanella / Vital Roberto de Barros Oliveira

31. TECON ENGENHARIA LTDA

Fab.: Pç. da Bandeira, 180-A, Ilha do Retiro, Recife - Cep: 50750-560

Diretor(es): Armando Ribeiro Gonçalves Filho / Maria Helena Costa Rego

32. VENCER ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA

Fab.: Pç. Vinte de Julho, 300, Campo Grande, Recife - Cep: 52040-221

Diretor(es): Erwin Luciano Friedheim / Erwin Herbert Friedheim

9. APÊNDECE



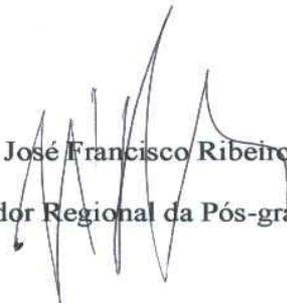
Recife, 24 de agosto de 2004.

Prezados Senhores:

Apresentamos o Sr. Custódio Pereira da Silva Neto, RG n. 5184715/SSP-PE mestrando do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis (UnB, UFPB, UFPE e UFRN), que está desenvolvendo uma pesquisa de conclusão de curso (dissertação) cujo tema é: *A UTILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS PARA A GESTÃO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO NAS EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE*, sob orientação do Prof. Dr. José Dionísio Gomes da Silva. Solicitamos a sua participação e garantimos que os dados coletados nas empresas participantes serão analisados coletivamente, o que significa a total confidencialidade a respeito da identidade do respondente e também da empresa pesquisada.

Agradecemos sua colaboração.

Atenciosamente,


 Prof. Dr. José Francisco Ribeiro Filho
 Coordenador Regional da Pós-graduação

Universidade Federal de Pernambuco
Av. dos Funcionários, s/n, 1º andar, sala E-06, Cidade Universitária
50740.580 – Recife – PE
Fone/fax: (81) 2126-8874
E-mail: posccufpe@yahoo.com.br

FORMULÁRIO DE PESQUISA

I – IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Empresa: _____

Endereço:

Qual a área de atuação?

	Projetos e/ou consultoria		Obras Viárias
	Construção de Edifícios/Edificações		Outras Obras

A questão admite respostas múltiplas, se for o caso. Marcar “X” nos itens necessários, destacando com um “P” ao lado do quadro da área de atuação principal.

II – PERFIL DO GESTOR

Quem gerencia a empresa?

	Sócio-proprietário		Gerente?
	Familiar do proprietário		

Qual a sua escolaridade?

	1º grau		2º grau
	Universitário		Pós-graduado ()

Qual a área de Formação?

Qual a sua faixa etária?

	Menor que 30 anos		Entre 30 e 39 anos
	Entre 40 e 49 anos		Maior que 49 anos

Qual o Tempo de atuação como Gestor?

Qual a sua experiência profissional anterior?

	Nunca trabalhou		Como empregado (não exercendo a função de gestor) em outras empresas do mesmo segmento
	Como empregado (não exercendo a função de gestor) em empresas de outros segmentos		Como gestor em outras empresas do mesmo segmento

III – INFORMAÇÕES SOBRE O PROCESSO DECISÓRIO

Em relação às informações que você usa no processo decisório, preencha o quadro abaixo:

O método adotado para tomar decisões é:

	Oriunda de sua experiência profissional		Usual (a maioria das empresas do setor usa essa metodologia)
	Foi desenvolvida na empresa		Outros (especificar):
	Tradicional (o negócio é familiar e meu antecessor me ensinou assim)		_____

	SIM	NÃO
Você utiliza a contabilidade de custos para tomada de decisão?		

	SIM	NÃO
Você utiliza a técnica de orçamento empresarial para tomada de decisão?		

Quais as informações que são utilizadas na empresa quando se toma uma decisão que requer questões de natureza econômico-financeira(definição do preço de venda de um apartamento, custos, investimentos, orçamento para concorrência, etc).?

Quais os relatórios contábeis recebidos na contabilidade?

	SIM	NÃO
Você está satisfeito com as informações oriundas da contabilidade para tomada de decisão?		

Qual o grau de importância atribuída às informações contábeis oriundas da contabilidade?

	Não utilizo		Pouco importante
	Muito Importante		Só utilizo informações Contábeis

	SIM	NÃO
Você gostaria de obter outras informações para a tomada de decisões?		

Quais?

	Lucro Real	Lucro Presumido
Qual a forma de tributação que a empresa vem adotando nos últimos anos?		

A contabilidade é:

	Desenvolvida dentro da empresa		Desenvolvida fora da empresa
--	--------------------------------	--	------------------------------

O responsável pela Contabilidade da empresa é:

	Técnico em contabilidade		Bacharel em Contabilidade
--	--------------------------	--	---------------------------